

**Projeto Preservação da Memória das Olimpíadas: projetos e ações****Realização:** Fundação Casa de Rui Barbosa e Fundação Getúlio Vargas**Entrevistado:** João Luiz Silva Ferreira [Juca Ferreira]**Local:** CPDOC FGV Rio de Janeiro, RJ**Entrevistadoras:** Vivian Fonseca e Carla Siqueira**Transcrição:** Lia Carneiro da Cunha**Data da transcrição:** 18 de janeiro de 2017**Entrevista: 02/12/2016**

Vivian Fonseca – De início, eu queria agradecer pela sua disponibilidade e gentileza, inclusive, de ter vindo aqui ao Rio conceder essa entrevista. E queria da cultura. Em janeiro de 2011, o senhor se afasta do Ministério da Cultura, tem uma experiência na Secretaria-Geral Ibero-Americana, depois na Secretaria de Cultura, em São Paulo, com [Fernando] Haddad, e aí, em meados de 2014, o senhor se afasta da Secretaria em São Paulo para assumir a coordenação da área de cultura da candidatura do segundo mandato da presidenta Dilma. Eu queria saber como foi esse convite, nesse momento.

Juca Ferreira – Precisa ter preocupação de cortar muito?

V. F. – Não. Pode falar à vontade.

J. F. – Eu recebi um recado da presidenta, que queria conversar comigo, se eu podia ir para Salvador, e eu levasse uma malinha, porque eu voaria com ela de Salvador de volta para Brasília e, no avião, a gente conversaria. Então, a conversa foi lá no ar. Foi uma conversa interessante, porque ela estava em campanha, então, campanha, tem toda uma incitação; ela estava bastante bem, aberta, confiante, e a Bahia tratou ela muito bem; eu participei de dois ou três eventos com ela durante o dia, a gente voltou para Brasília já à noite. No Olodum foi muito bom, as organizações que lutam contra o racismo na Bahia... Em vários lugares. Depois, ela desceu para o Pelourinho também. Eu nunca tinha visto Dilma assim, em contato corporal com... As pessoas agarravam... Sabe como é baiano. [riso] Querem mostrar afetividade e exageram um pouco. E ela embarcou. Aí, no avião, o clima ainda estava presente, do dia. E ela foi direto, disse: “Olha. Eu me arrependo de não ter mantido. E se eu for eleita, como tudo indica...” A essa altura, ela já achava que... Certamente tinha pesquisa já indicando isso. “Que você voltasse para o Ministério”. Aí falou que não conseguiram, as minhas duas sucessoras –, que depois se tornaram minhas antecessoras, no segundo mandato –, não conseguiram dar continuidade a um projeto que, mesmo que não tenha sido pensado pelo partido, pelo grupo político, consegui constituir uma política pública que ela, depois, percebeu que tinha uma grandeza. Ela foi muito sincera, assim, no sentido de... Ela disse: “Depois de você nomear, é difícil tirar uma pessoa, porque aí tem implicações negativas para a pessoa”, e que ela percebeu que a cultura era importante. Inclusive, fez elogios ao trabalho que eu já estava fazendo como coordenador da cultura da campanha dela. Ela disse: “Olha. A cultura é que está sendo o diferencial da campanha”. Aí eu aproveitei essa dica e disse que achava que a esquerda brasileira tinha uma visão estreita, anacrônica, ainda dentro de uma cultura leninista da Terceira Internacional, e que o que havia de grandeza na experiência de Lenin, ele tinha percebido a possibilidade da ruptura e da tomada do poder e concentrou nisso, não construiu nenhuma grande afetividade com a democracia. Quem constituiu isso foram os sociais democratas e outras tendências. Mencheviques... E que isso fazia com que quando a gente era governo não sabia muito o que fazer, porque quem trabalha pela crise do sistema tem dificuldades de ser governo, numa fase que não há possibilidade de revolução. Eu até fiz assim: até onde a vista alcança, não existe revolução, então é preciso pensar como construir uma democracia. E o Brasil é precário de democracia. Tivemos mais anos de instabilidade, de ditadura... E que as elites econômicas e

sociais não têm nenhum interesse na democracia; que, na verdade, quem tem que constituir um projeto democrático são as esquerdas. Então, esse desprezo histórico, que vem do leninismo, da Terceira Internacional, pela democracia prejudica muito a eficiência e a eficácia da esquerda. E que eu, praticamente, depois que voltei do exílio, preferi minha reinserção na sociedade ser na área da cultura; cultura, meio ambiente e questões sociais são os três temas que eu transito. Quando eu voltei, fui assessor da Fundação Cultural do estado da Bahia, depois saí, quando eu li, no banheiro... No primeiro dia de trabalho, três horas da tarde mais ou menos, depois do almoço, eu fui no banheiro, aí quando eu vi, estava escrito na porta: “eles fingem que nos paga e a gente fingem que trabalha”. Aí eu digo: não, isso não é o meu lugar, porque eu estou chegando cheio de gás do exterior, não... Aí vi que era uma coisa temporária. E de fato, a coisa da rotina do funcionário público, no Brasil, a inércia do Estado é impressionante. E eu chegando da Suécia, onde o Estado é um primor de eficiência. Aí, contei essa história para ela, disse que eu, depois, fui para trabalhar com menino de rua, trabalhei uns anos, ajudei a constituir uma pedagogia... Eu não sou pedagogo, mas percebi – dentro da lógica do projeto, projeto Axé, que a cultura podia ser o grande motivador da reinserção dos meninos, inclusive para que até eles voltem para a família, tenham um projeto de vida. Depois me engajei na questão ambiental, como prioridade, visitei vários... aquele SOS Chapada Diamantina, criei o SOS... participei da criação do SOS Chapada Diamantina e vários outros movimentos, em Salvador e no estado. Depois [Gilberto] Gil me chamou para dirigir, na Bahia, o Onda Azul, que era uma organização que ele tinha criado, que cuida mais da pauta das águas, por isso tem esse nome. E depois eu fui secretário de Meio Ambiente de Salvador, depois eu fui vereador, dois mandatos e pouco, e aí o Gil me chamou para dirigir. Aí eu senti que o foco, essa tripla dimensão podia ser o grande material para construir política pública. Aí contei para ela que a gente chegou no Ministério não tinha nada. Nada! Tinham passado pessoas relevantes para o Brasil, lá – Celso Furtado, [Francisco] Weffort, pessoas... – mas que eles estavam ali passando a chuva, na verdade. O Ministério era uma espécie de marquise para passar a chuva. Quando o governo queria incorporar alguém, e na divisão dos cargos não tinha mais espaço, aí botava no Ministério da Cultura. O cara ficava dando perua na área que ele gosta, mas... Eu, por exemplo, fui pesquisar o que é que Celso Furtado contribuiu. Tem um bom artigo sobre a economia da cultura, que nem foi levado à prática. Weffort publicou os intérpretes do Brasil e as obras completas de [Carlos] Drummond [de Andrade], mas três mil volumes. Até os... se você vê a edição, você vê que não tinha... Então, nós tivemos que redefinir conceito de cultura. Ela me ouviu pacientemente. Era o... Se tinha um momento que eu teria essa oportunidade era esse; antes de dizer sim ou não, eu tinha que contar a historinha, para chegar até ela. E que a gente teve... ampliar o conceito de cultura, definir qual é o papel do Estado... Aí falei muito disso, que é uma obsessão minha. Eu acho que é preciso se constituir, no Brasil, uma noção de Estado democrático. O Estado autoritário e o Estado democrático, é quase a mesma coisa, só mudam as figurinhas que vão trabalhar. E que tinha sido um erro ela tirar. Não por ter me tirado, porque ninguém é insubstituível; mas porque botou uma pessoa completamente despreparada. E depois disponibilizou para voltar a ser marquise, com a presença da Marta [Suplicy] lá. Porque na verdade Marta queria ser a candidata, queria ser... E como não puderam absorver, e para um pouco aplacar a ira de Marta, botaram ela lá. Mas que a motivação dela e o conhecimento e o desejo de fazer coisa era... Eu questionei. E que minha volta teria que ser – não a retomada do projeto, (era a isso que eu queria chegar) não a retomada do projeto anterior, porque esses anos que eu passei na Espanha, eu estudei um pouco a nossa própria experiência, onde é que tinha estrangulamento e tinha... – então não era continuidade, mas com... o Brasil avançou, o Brasil mudou, já não era a mesma conjuntura, então... Começa daí até mesmo essa visão mais crítica, que eu pude desenvolver, quando eu tive essa oportunidade de trabalhar menos. Que eu fui diplomata, lá fora, organizei um evento das Nações Unidas, o ano internacional dos afrodescendentes. Mas diplomata trabalha menos do que ministro, do que outros trabalhos que

eu participei. A barra é bem mais leve. E aí eu me dedicava a estudar. Tive que responder a muito pesquisador. A nossa experiência é relevante, no Brasil, pelo que fez, e também pela atenção que despertou na América Latina toda, na Europa. Eu respondi a pesquisador da Holanda, da França, da Inglaterra, da Espanha, de Portugal; e, às vezes, de lugares, que eu não me lembro agora, mais distantes da gente. E que, como é que o governo abriu mão disso tão facilmente, para nada? Então, não era o fato de ter me tirado, foi o fato de não ter dado continuidade. Que eu achava que isso revelava um dos grandes limites do PT, da esquerda, do governo. E disse para ela, também, que tinha uma dimensão, que estava implícita porque é precondição, é premissa, não é... que é a integridade, o republicanismo [com] que nós conduzimos o Ministério. Não beneficiamos apaniguados, não cerceamos ninguém. Temos orgulho de ser um governo com predominância de esquerda que nunca censurou ninguém, nunca discriminou, nunca usamos o aparato de Estado de forma arbitrária ou autoritária; que isso, em geral, é um valor para os liberais; a esquerda gosta de vestir o paletó, de dirigismo e tal; e que, nas minhas reflexões, eu tinha assimilado parte de valores que os liberais tinham colocado como direitos individuais e como a liberdade de expressão, não no sentido que os donos de jornal tratam, como se fosse a liberdade deles, mas no sentido que a sociedade tem de direito a ter opinião e ter que ser tratada de maneira igual pelo Estado. Ela ouviu tudo isso. Ela aí disse: “Não. Minha ideia é que você retome, por isso que eu estou lhe chamando, porque eu reconheço que errei [em] ter interrompido, e dê continuidade ao processo”. Aí eu disse a ela: “Olha. Eu vou... Tem algumas coisas que eu vi, que é o seguinte. Eu quero trabalhar com gente [de] menos de quarenta anos. Nenhum preconceito contra os velhinhos, contra as pessoas da minha idade. Mas é porque é uma geração que é conectada já, não é mais analógica, não tem dificuldade com a lógica do mundo atual, não viveram a ditadura, então não têm muito reminiscências, e são mais abertos, com menos distorções”. Isso eu tinha percebido na gestão anterior. “Mas quero ficar livre. E gostaria de indicar todo mundo. Eu não gosto de trabalhar com pessoas que vêm, porque elas não respeitam a lógica; e meu conceito é gestão compartilhada. Eu não sou o rei do pedaço, eu não sei tudo. E na cultura, como é muito diverso, tem coisas que eu não sei mesmo, então eu vou tentar... E que meu critério é eficiência e eficácia. Eu não quero saber em quem a pessoa vota. Claro que a pessoa, para ter afinidade, tende a ter uma visão de mundo parecida; mas, tem uma visão diferente e tem capacidade...” Quando eu disse isso, eu já estava pensando na parte dos museus, de levar um cara que é conservador politicamente mas que é um dos melhores quadros da área museal no Brasil. E ela... Depois ela quebrou um pouquinho, porque me indicou uma pessoa. Mas uma dentro... Uma presidenta, cheio de cerimônia, (e logo quem) ligar, para dizer: “olha, eu tenho um nome, que eu respeito muito e tal...”, e indicou a pessoa da Palmares. E eu gostei da indicação, depois de conhecer no trabalho, achei que correspondeu exatamente às qualidades que ela disse. Eu tinha até pensado, para Palmares, um formulador, para tirar Palmares... uma pessoa mais no campo intelectual, artístico, uma pessoa que tenha um discurso, uma narrativa sobre a contribuição negra no Brasil; mas veio uma pessoa altamente capacitada na articulação das forças e dos processos. Aí eu fiquei satisfeito. Então, a conversa foi essa. Foi boa. Eu senti que era o momento de eu dizer tudo. Porque a característica dela é que ela fala mais do que ouve, nas interlocuções, principalmente quando cria relações de trabalho que ela tem uma certa ascendência. Então, eu tinha que estabelecer logo um padrão de relação. E foi estabelecido. E foi respeitado. Eu não tenho nada a dizer de negativo na relação com ela. Que eu acho que essa conversa mudou. Do início, tinham pessoas – parlamentares – tinha gente, no avião, que queria se reunir com ela, ela: “Não. Eu estou conversando...” E a viagem toda, Salvador... eu não sei se é duas horas... por aí – foi a nossa conversa. E foi muito boa.

V. F. – O senhor mencionou agora que já identificou, nesse período que passou fora, alguns estrangulamentos, algumas possibilidades de reformulação de caminhos. Quais exemplos o senhor poderia dar para a gente?

J. F. – Olha. Eu acho que nós fomos ultra bem-sucedidos no Ministério da Cultura. É uma marca que não é valorizada porque a cultura não é valorizada, porque o presidente Lula conseguiu indicadores muito positivos na redução da desigualdade e na valorização da base social do Brasil, dos trabalhadores, do povo em geral, através dos programas voltados para a satisfação das necessidades materiais. Mas nós corremos numa raia própria, com muita liberdade. O presidente Lula, sem nenhum... referência por ele ser o presidente – era o cara que mais nos compreendia. Por incrível que pareça. Ele, inclusive, uma vez, emocionado com a apresentação que nós fizemos para ele das nossas metas, programas, ele disse: “Eu não tive acesso a nada disso. E a maioria do povo, também, não teve, então eu me sinto na obrigação de apoiar essa...” Porque a gente trabalhou a partir de três referenciais. O papel do Estado democrático é criar as melhores condições para o desenvolvimento de toda a dimensão simbólica do país que tem as artes como central mas tem um conjunto de valores, fazeres, saberes, e que tudo que for do mundo da cultura deve interessar ao Ministério da Cultura, porque na verdade isso, mesmo sem explicitar muito, tem uma capilaridade entre as dimensões da cultura, que uma acaba interferindo e apoiando a outra; então, formação, níveis de qualidade da escolarização, liberdade de expressão, apoio e criar as condições para a manutenção de tradições culturais. Então, são muitas facetas, aparentemente distantes, estanqueizadas socialmente, mas que geram um todo positivo – negativo, gera um todo que tem algum nível de articulação. Isso nós fizemos. Ampliamos o conceito de cultura do Ministério, que era muito identificado com arte, apenas, e arte consagrada. O papel do Ministério, até a gente chegar, era paparicar os artistas consagrados e conseguir de retorno apoio para o governo. Era isso, em última instância. Ou dar, passar para a sociedade uma imagem de valorização da cultura mas que, na verdade, quando você ia ver, zero de intervenção. Então definimos que a clientela do Ministério era a população. Isso foi... Tivemos certa dificuldade de consolidar isso, porque os artistas queriam que a gente continuasse sendo um departamento do governo de atender às demandas; mesmo os que nunca foram atendidos tinham essa visão. E a gente dizia: não, o Ministério da Saúde não é para os médicos, nem o Ministério da Educação é para os professores. Deveria tratar melhor os médicos, os professores que trabalham na estrutura pública. Mas a função é atender e prestar serviços na área de saúde. É a mesma estrutura lógica que a gente quer instalar no Ministério. A gente quer tirar o Ministério de um apêndice simbólico do governo e transformar num dos principais equipamentos de intervenção do Estado junto à sociedade. Isso gerou uma dificuldade enorme. Os artistas todos... Mas a gente tinha um capital simbólico forte, que era Gilberto Gil. Eu dizia de brincadeira, acabou virando um conceito, de que Gil era nosso escudo protetor, nosso outdoor e nosso aríete de invadir espaços. Ele gostava dessa definição. Tinha hora que ele dizia: “Não. Deixe comigo”. Por exemplo, na confusão da Ancinav, que era uma proposta de tentar regulamentar, no possível, na nossa área, o capítulo da Constituição da comunicação. Aquilo... desabou um edifício na cabeça da gente. Lula pediu para a gente retirar a proposta, porque estava insuportável para eles o ser. Durante uns três meses, a gente apanhava de manhã, de tarde, de noite; todas as rádios, todas as televisões, os intelectuais orgânicos da mídia ou das elites, todos batendo na gente. Então Gil foi fundamental. Primeiro a lucidez dele. Ele não é só um compositor, cantor, um artista. Gil é um intelectual, que pensa a cultura, que pensa o Estado também. Gil tem uma base muito acima dos outros, inclusive dos que lhe são próximos na experiência de tropicalismo e tal. E ele é muito generoso. Ele dizia frequentemente para a gente que a primeira sabedoria de um gestor é trazer pessoas que sabem o que ele não sabe; que se trouxer os que se parecem com ele, é só sublinhar as suas qualidades, e deixa de ter acesso a conhecimentos e expertises que ele não tem. E começou ali a experiência de gestão compartilhada. Ele abre muito. E deixou para mim a tarefa de montar as coisas, de desenvolver, de liderar. Porque era um absurdo se a gente usasse Gil no dia a dia, porque, inclusive, não é a qualidade maior dele. Então... ampliamos o conceito de cultura, definimos um papel do Estado democrático e assumimos a responsabilidade com o conjunto dessa dimensão cultural. Primeiro

no sentido da primeira meta, que é criar o melhor ambiente possível para o desenvolvimento da dimensão simbólica do país, segunda é ampliar o acesso até universalizar o acesso à cultura; e a gente agregou um adjetivo: acesso pleno. Por que isso? Porque o capital, ele gera acesso; mas o acesso que o capital gera é sempre do tamanho do bolso da pessoa. Se você é rico você tem acesso a tudo. Se você é classe média você tem acesso a muita coisa. Se você é pobre fica na mão da tevê aberta. Então... Nós fizemos o primeiro convênio com o IBGE e com o IPEA do Ministério da Cultura. Até então, muitos censos, não sei quantos, aconteceram desde a fundação do Ministério, o Ministério nunca teve interesse em saber... e olha que Weffort, um sociólogo, o Celso Furtado, economista, e outros menos proeminentes – porque não tinha o porquê de fazer essas pesquisas, porque não tinha objetivo, não... Então por isso que eu acho que a gente fundou, na verdade, o Ministério da Cultura. E os números que vieram foram impressionantes. Nada surpreendente, mas todos impressionantes. Por exemplo, pouco mais de cinco por cento dos brasileiros entrou alguma vez num museu, na vida; só treze por cento dos brasileiros iam ao cinema com alguma frequência; 1,7 livros per capita, ano; mais de oitenta por cento dos municípios brasileiros não tem um cinema, um teatro – não tinha, na época, um cinema, um teatro, uma biblioteca. O que a gente percebeu é que existia um apartheid cultural, onde a classe média tem um nível de acesso razoável, mas... Então, a estrutura social desigual brasileira tinha um reflexo – mais do que um reflexo, tinha uma expressão bastante radical na área da cultura. Outra dimensão que nós percebemos foi que a sociedade... Percebemos não. A gente já chegou com essa consciência, que tivemos essa conversa no primeiro dia, na sala de Gil. A sociedade faz cultura. Essa ideia de levar a cultura, isso é uma bobagem. Você tem que disponibilizar os meios, para que a população tenha acesso à parte da cultura que ela não faz. Bibliotecas, centros culturais, museus. Mas parte da produção cultural é feita pela população. No Brasil, sem nenhum apoio, sem reconhecimento, sem visibilidade por parte do Estado, até então. Foi aí que nasceu a ideia dos pontos de cultura. A gente disse: o nosso papel não é cooptar uma ou outra, ou fazer carnaval usando essas experiências; pelo contrário, é gerar um aparato que possibilite dar o apoio, para ampliar, para aprofundar e para qualificar essa experiência de fazer cultura da população. Assim, eu pedi a um dos... nem me lembro quem – que tem mais experiência estatística, para ver quantos... que universo era esse. É mais de cem mil grupos culturais. A gente não tem essa estatística feita, mas tem certeza que são mais de cem mil grupos culturais, que fazem cultura tradicional, clube de cinema, biblioteca comunitária, grupo de leitura, cultura digital, grupos de grafite... Somando tudo dá mais de cem mil grupos. Muitos ligados a organizações externas à própria comunidade, como a Igreja Católica tem algumas coisas nesse sentido, essas pastorais mais avançadas, partidos às vezes... é raro, partido não gosta muito de cultura, nenhum deles, mas sempre tem algumas coisas, assim, externas –, intelectuais orgânicos da população pobre, pessoas que saíram desse meio, se formaram, intelectuais e artistas, e querem prestar um serviço, tem muito, no Brasil. Eu conheci uma orquestra sinfônica em Pernambuco, que foi um músico, um personagem lá do mundo rural dessa cidade, foi estudar, morar e estudar em São Paulo, se formou como maestro e depois de um tempo, encheu o saco do que estava fazendo, foi para a sua cidade e montou um orquestra sinfônica de lavradores. Esse tipo existe também. Agora a maioria é iniciativa das próprias comunidades. E a gente descobriu que até nas aldeias indígenas tem grupos culturais. Porque os indígenas vivem suas tradições, suas estruturas mas também vivem uma adaptação permanente no contato com a gente. E os mais jovens têm uma ansiedade de participar desse mundo nosso, então têm grupos culturais, têm... A quantidade de grupo de música que tem na Amazônia indígena é impressionante. Ecológico, de defesa dos conhecimentos indígenas. Se constituem. E hoje tem – uma experiência que foi a ideia do antropólogo Vincent Carelli – tem muito cineasta indígena. Mais de cem fazendo filmes, inclusive alguns filmes de boa qualidade, em termos de linguagem. Essa é uma outra dimensão. A gente quebrou o paradigma de levar cultura e quebrou o paradigma de folclore. Tem autoria, tem os responsáveis, os que transmitem para as próximas

gerações. Todas essas práticas culturais têm... Encontramos grupos culturais de mais de duzentos anos. Alguns de poucos anos. A gente criou um critério, que seria considerado ponto de cultura com mais de dois anos, para não estimular criar uma coisa falsa, só para pegar dinheiro. Isso também... A malandragem popular é bastante criativa. E com isso a gente abriu uma frente gigantesca. Criamos editais, aí fomos diversificando os editais, chegamos a ter edital para culturas indígenas. Fomos criando uma complexidade. E desenvolvemos o projeto Cultura Viva, que era o projeto... Que é uma área. Eu acho, aí já entrando diretamente na resposta, ao alargar o conceito de cultura e ao assumir uma responsabilidade com um conjunto muito vasto, algumas áreas das linguagens artísticas ficaram precárias, na nossa ação. Apesar de a gente saber que a Funarte já tinha tido seus dias de glória, foi exatamente no período da redemocratização, a Funarte foi um equipamento importantíssimo para a cultura brasileira, mas ainda não tinha condições de desabrochar completamente esse conceito de responsabilidade do Estado, desenvolvia projetos de muito qualidade mas com pouca... mas foi os que nos antecederam na criação dessa grande política cultural. A gente não conseguiu mudar a Funarte. A gente não conseguiu criar políticas para as artes. A não ser o cinema, que correu por fora. O cinema tinha uma estrutura própria, fora da Funarte, e aí a gente podia exercitar. Por que não pudemos? Por vários motivos. Um deles é que Gil teve que conceder a nomeação da Funarte fosse feita pelo setorial de cultura do PT. E eles tinham, até Gil ser nomeado, a ideia de que ia sair de um deles o ministro. Então tinha vários ministros. Até no andar você percebia que ele já era ministro, antes de ser nomeado. E tinha uma relação meio de rebeldia, de inaceitação, de não disposição. Então junta esse estado de espírito, eles se sentiram lesados por Lula, de não ter nomeado um deles, que tinham tradição dentro do partido, tinham... mas Lula teve outro critério, o justo. Dizem que quando Lula escolheu o Gil, que veio essa contestação, dizem que Mercadante, num almoço em São Paulo, disse: “Quer ver como Lula acertou?” Chamou o garçom que estava servindo a eles num restaurante e disse: “Quem é o ministro do atual governo?” O cara não sabia. “E quem vai ser o ministro de Lula?” – “Ah. Gilberto Gil”. Aí você já constrói uma... Então, o seguinte, eles não se incorporaram, todos os nossos princípios, a lógica que estava sendo construída naquele momento era uma coisa difícil de ser... Tinha que ser muito negociado, muito conversado. E não rolava, a verdade é essa. Sabe quando tem areia na engrenagem? É mais ou menos isso. E conspiravam contra Gil. Depois, contra mim, nem se fala, tinha uma coisa de... em algum momento vai ter que ser um dos nossos. Eles é que constituíram a candidatura da Ana de Holanda. Porque como Dilma estava querendo uma mulher, muita mulher no governo, eles aí botaram uma pessoa que eles achavam que iam comandar e que iam substituir rapidamente por um deles. Já tinha até o nome que eles iriam substituí-la. Então a gente não conseguiu implantar a mesma lógica inovadora, aberta, porque tudo que fizemos – aí eu ainda não entrei, mas tem a coisa, também, da modernização do modelo de gestão. A gente foi muito mais avançado do que o governo inteiro. Posso dizer isso com a maior tranquilidade, porque agora, quando a cultura passa a ser o principal setor de resistência ao governo ilegítimo que substituiu a Dilma, surpreendeu a muita gente. No dia em que extinguiram o Ministério, todas as dependências do Ministério, no Brasil inteiro, foram ocupadas, até por índios. Isso é pelo reconhecimento do trabalho que foi feito. E esse reconhecimento advém do conteúdo das políticas e do nível de participação na formulação das políticas. Isso é uma inovação. Apesar de falarem muito em governo participativo, orçamento participativo, a gente foi por outro caminho, menos ideológico, menos propagandístico, mas abrimos, criamos e mecanismos de participação. Nada do que fizemos – nada! – deixou de ser precedido de um grande processo ou vários processos de participação. Lei Rouanet, mudança da Lei Rouanet, modernização do direito autoral... O que podem nos criticar é que, às vezes, demorávamos demais. E eu era o principal, porque eu queria exaurir a discussão, porque a discussão era tão importante quanto a mudança. Porque não adiantava a gente, de forma vanguardista, sair fazendo coisas novas, olhar para trás, não ter ninguém. Eu achava que a gente devia levar... ter uma legitimidade e construir

essa legitimidade dentro do setor cultural. Então é artistas, produtores, empresários que investem, a gente ouvia todo mundo; participava quem queria. A Globo, por exemplo, tinha muita resistência a nossa... as empresas, que não é só a televisão – a toda nossa gestão, ao governo, participava de todos os processos. Estavam lá discutindo. O Gerdau, o Itaú Cultural, todo mundo. Agora tinham que ombrear com a participação popular, os artistas, as organizações de artistas. Isso foi um acerto enorme. Então, a gente, não era só compartilhar a gestão internamente, era compartilhar também com o setor. Porque eu tinha a ideia, o seguinte. O Ministério é um instrumento do Estado desenvolver uma política. O Estado não faz cultura. Na verdade, quem faz cultura... Faz esporadicamente. (Não vamos abrir essa porta aí, senão vai demorar muito). Mas o Estado faz... numa universidade pública está sendo feita ali, de alguma maneira, cultura, no corpo estável de um teatro público. Mas o papel do Estado é prestar serviço, criar um ambiente favorável, criar linhas de fomento e incentivo, responsabilizar por todos os aspectos que não sejam rentáveis e que por isso o mercado nosso... e gerar democratização. Isso, nós fomos extremamente coerentes. Volta e meia alguém dizia: “Venha cá. (do governo) Não dá para gerir isso aí com menos barulho?” Eu digo: “Não. É cultura, tem que ter barulho, discussão, divergência”. Porque gostariam que fosse uma coisa já empacotada, como as coisas que os marqueteiros gostam de fazer. A gente, não, era brutal mesmo. Fratura exposta. Eu usava esse termo. “Nós somos uma fratura exposta. Aqui, tem que ser feito da maneira que gere mais sinceridade, mais olho no olho, mais participação, mais possibilidade de influência, de construção de resultados”. E acho que fomos no essencial. Não manipulamos, não... Isso gerou um nível de confiança. Agora, a última reunião que eu fiz enquanto ministro com os músicos, era parte de uma reunião que já estava prevista, sobre direito autoral na internet, está pronto o projeto, um dos músicos disse assim: “A gente foi feliz nesses anos, desde que Lula foi eleito, porque fomos tratados com muito respeito pelo Estado”. Isso é verdade. Bateu muito bem na gente, porque é quando reconhecem uma coisa que a gente fez. Agora, só o cinema, na área linguagem, foi, de fato, tratada como deve ser tratada. Tanto é que quando Lula assumiu em 2003, eram dez filmes/ano, menos de dez filmes/ano; hoje são cento e cinquenta filmes/ano. Estamos ganhando prêmios internacionais. Há um nítido desenvolvimento de um novo cinema no Brasil, com liberdade absoluta. O Estado, apesar de financiar, não teve nenhum dirigismo. Já conquistou uma parte do público brasileiro; menor do que deve, porque o cinema brasileiro tem problemas: é muito autoral, os cineastas se sentem mal em responder a tendências de gosto de público. Todo mundo é muito autoral. E já é superavitário, ou seja, constituímos uma terceira perna da... Essa é a mais evidente. Ao tornar o cinema brasileiro superavitário, ou seja, gera mais recursos hoje do que é investido, é uma das pernas de uma política e de um terceiro objetivo, que é desenvolver uma economia cultural forte, no Brasil. Então é dar apoio e sustentação ao desenvolvimento da dimensão simbólica, ampliar o nível de acesso à cultura, até se tornar um acesso pleno, e terceiro, desenvolvimento de uma economia. Aí, é dentro disso que é possível e necessário fazer um balanço. A gente sempre tem um limitante em cultura que é o orçamento. Não dá para chegar ao nível do que a gente precisava chegar de massificação, de difusão. Então, os editais, sempre, o dinheiro é menos do que deveria ser, a qualidade dos equipamentos públicos... Aquilo que você estava dizendo, comparando o trabalho que você tem condições de fazer aqui e que tem que fazer numa universidade pública. É óbvio que o investimento é pequeno em educação e cultura, no Brasil, menor do que deveria ser, para que a gente criasse as condições do Brasil enfrentar os desafios que tem pela frente para o seu desenvolvimento. A cultura tem um papel, a educação tem um papel. A cultura sofre mais ainda, porque ainda não está num programa de cidadania, não gera voto, não... então fica dependendo da sensibilidade do governante, e em geral é pequena para essa área. Gostam que a gente dê dividendos políticos para o governo, mas não gostam de assumir as responsabilidades, constituir... Então fica... A gente não chegou ao pleno desenvolvimento do projeto. Mas o projeto está aí. Hoje, é evidente que é difícil retroceder. Eles estão tentando agora, não

conseguiram extinguir. O Ministério está tentando fazer um trabalho de cupim. Já articularam o núcleo de direito autoral que a ONU considera um dos melhores do mundo. Eu sei pelo nível de consulta que a Alemanha faz, França faz, Espanha faz ao nosso núcleo. A Ompi, a Unesco, os países latino-americanos todos. Estão destruindo por dentro. Mas é... A proposta de retroceder tem dificuldades.

V. F. – Pensando na resistência da Funarte. Das autarquias e fundações ligadas ao MinC, A Funarte foi a que teve mais dificuldade, mais resistência nesse projeto?

J. F. – Foi.

V. F. – Em alguma outra fundação ou autarquia o senhor identifica assim também?

J. F. – Dificuldades? Por exemplo, a Fundação Biblioteca Nacional, nós tivemos dificuldades de investimento; mas tivemos ali o Muniz Sodré, um excelente... O primeiro diretor não marcou muito, uma intervenção positiva. Mas a partir de Muniz Sodré até o Renato Lessa, que saiu agora, a gente teve bons diretores; e o projeto estava andando, numa velocidade do tamanho dos nossos recursos, mas avançou. O Iphan, a gente fez uma revolução, porque, quando chegamos no Iphan, o Iphan estava falimentar. E não é à toa. No caso do Iphan é porque o Iphan tem... é o único órgão de estado do Ministério da Cultura, tem poder de polícia, tem condições de restringir o direito a propriedades, dizer: olha, isso aqui é seu, mas... calma aí, que... você não pode fazer isso, não pode fazer aquilo. E o patrimônio brasileiro e onde ele se localiza, no perímetro urbano, em geral, nos centros históricos, estão passando por um processo de revalorização; depois de décadas de perda de valor, os centros históricos estão ganhando um valor, valor financeiro, monetário, e a pressão contra o Iphan é enorme. Tem ene projetos de lei para destruir o Iphan, para acabar com o Iphan, para criar uma secretaria do Patrimônio que venha se sobrepôr e ser fácil o manejo, sem base técnica. Esse caso aí do Calero, Geddel e Temer, que foi gravado e tal, com a gente a pressão não era... primeiro que era outro governo, segundo porque eu fazia questão de ser o principal esteio, como Gil foi; como ministro, eu me sentia na obrigação. E tínhamos o maior carinho pelo Iphan. O maior carinho. Dar suporte ao Iphan, fortalecê-lo. E o Iphan estava falimentar, quando a gente chegou. Uma das visitas muito significativas que eu tive logo no início da... Eu era secretário executivo de Gil, aí uma funcionária do Iphan pediu para ter... Eu sou muito atento ao que vem ou da sociedade ou de funcionários, porque... Aprendi com Gramsci isso. Ele dizia que – preste atenção aos críticos, porque mesmo que a crítica seja mal intencionada, ela vai buscar onde tem sua fragilidade e, em geral, traz o que você não sabe, por isso que ainda é frágil. Então, se você tiver grandeza para ouvir os críticos, você cresce na capacidade de resolver os problemas. E essa mulher veio e disse: “Olha...” Era muito crítico. Todo mundo dizia: “é uma chata, uma pentelha”. Não. Manda vir. Aí ela foi... E a agenda, logo no início então, era um inferno. Mas ela disse: “Olha. Eu já poderia ter me aposentado há pelo menos uns cinco anos; mas eu não quero levar a expertise que eu desenvolvi aqui dentro, em defesa do patrimônio, para casa e gerar uma interrupção. Tem vinte anos que o Iphan não faz concurso. A instituição está... E se eu for, vai embora comigo, então eu já tenho um... E eu não posso resistir a me aposentar durante muito tempo”. Foi genial o encontro com essa mulher, porque ela trouxe uma coisa de uma servidora pública com a consciência profunda de servidora pública em defesa de uma instituição e de um... Ela disse: “Eu não aprendi na universidade, eu aprendi aqui dentro”. Aí nós vimos a urgência de reequipar. Aí começou o processo de concursos e... Então, lá, a gente foi bem-sucedido. Tivemos excelente... Os diretores, todos excelentes. Eu me esqueço o nome de um, mas... o Luiz Fernando, a Jurema, e pessoas... Botaram o sarrafo lá em cima. De integridade e de peitar a especulação imobiliária, de peitar a mercantilização do patrimônio brasileiro. Proposta desse tipo tem todo dia, em todo o Brasil. E há uma voracidade monstruosa. E a esquerda como não tem consciência cultural come mosca ou acaba sendo cúmplice na pressão para que seja concedido possibilidades de destruição da... Eu publiquei no meu Face um documento sobre esse caso, contando a história real. Já chegou a quatrocentas mil visitas. O que é significativo.



Então o Iphan, eu acho que a gente poderia avançar mais se houvesse... Por exemplo. Só tinham dois, se não me falha a memória, arqueólogos. O Iphan tem obrigação de fazer análise arqueológica em obras onde há um potencial de ter acervo arqueológico. Dois, para atender o Brasil inteiro. Então, a crítica dos empresários de que o Iphan era tirânico, que demorava muito... A ideia deles era que desse a liberação da obra sem exame. E o Iphan com dois... Aí ele estava numa lista infinita de obras... Então nós fizemos concurso. Ainda é precário. Tudo é precário na gestão cultural. A atenção do Estado ainda é muito precária, porque não tem consciência, mesmo, da importância. Mas, dentro da precariedade, eu acho que a gente constituiu algo de muito valor para um Estado moderno, contemporâneo, eficiente e eficaz.

V. F. – Pensando nesse momento. O senhor mencionou há pouco algumas ações, algumas políticas que vocês vinham construindo, tanto o senhor quanto o Gil, durante o governo Lula, foram descontinuadas. Qual é o MinC que o senhor encontra em janeiro de 2015?

J. F. – Foi doloroso ver a possibilidade de destruição, ou por descaso, por inconsciência ou por uma visão retrógrada, reacionária. Muitas coisas desvalorizadas. A dinâmica de qualificação do aparelho de Estado foi... (eu já ia dizer um palavrão) - foi pro beleléu...

V. F. – Não tem problema se falar.

J. F. – Não? Não choca?

V. F. – Não. Se fizer muita questão, a gente dá uma editada. [riso]

J. F. – Se for muito pesado...

V. F. – É licença poética.

J. F. – Eu ia dizer foi para as picas. Mas eu prefiro dizer foi para o beleléu. Porque a gente desenvolveu, também, foi desenvolvendo conceitos de administração pública dentro. Porque há uma singularidade da dimensão cultural. Na medida em que o Estado não presta o serviço, mas ele tem que ter uma qualidade... Não é quem faz cultura. Ele presta serviço para que... seja regulando, seja fomentando, incentivando e financiando, seja constituindo uma infraestrutura para que se desenvolva. Tem várias formas de o Estado participar. Mas esse Estado que dá suporte tem que ter uma eficiência e uma eficácia gigantesca, principalmente com poucos recursos, e isso é um processo, principalmente porque não tem muita teoria sobre isso. É isso que eu estou propondo aqui à FGV, abrigar aqui um pouco a sistematização da experiência, porque tem muito fio desencapado que precisa ter continuidade, porque senão a gente vai perder uma experiência de uma qualidade imensa. E isso tinha regredido a quase a situação que nós encontramos na gestão anterior em 2003. Porque também tem uma memória dos funcionários, tem uma postura dos funcionários, que mantiveram muito dos padrões. O Iphan manteve, graças a Jurema e a toda equipe dirigente e aos funcionários, manteve um padrão altíssimo. A Funarte manteve aquela coisa morna e sem nenhuma eficiência. Pelo contrário, já caindo pelas tabelas, porque não... com menos recurso ainda. Os editais, também, mantiveram-se, mas... E a a gente teve que recompor. Mas aí eu já vim mais crítico ao período anterior, trouxe uma turma nova. Desses dirigentes que eu trouxe dessa vez alguns tinham feito tese ou de doutorado ou de mestrado sobre nossa experiência, então eram pessoas que já refletiam, que de alguma maneira já eram quadros que estavam se formando a partir da perspectiva nossa. Meu secretário executivo, João Brant, que vocês conheceram aqui, brilhante; e eu tive o estágio na Secretaria de Cultura de São Paulo, que eu fui testando já o que eu pensei, vendo e... vendo pessoas, então eu levei uma parte do que eu experimentei na Secretaria de Cultura de São Paulo. Mas o ambiente era desolador. E assim, a alegria que eu fui recebido pelos funcionários... Tem filmagem da posse. É impressionante. Nós fizemos na sede da Funarte em Brasília. Foi o mundo político, foi... Até o mundo político com uma postura de enfrentamento com Marta, que tinha dado declarações desastrosas, absolutamente malandras, porque, na verdade, ela queria atingir Dilma, porque ela queria ser a candidata e aí tentou me usar como... Tanto é que eu nem levei a sério. Eu disse que tinha recebido uma bolsa com a Louis Vuitton da madame, e que ela quis acertar em Deus e atirou no padre da paróquia, que eu não ia levar a sério. Na verdade, o que ela falou,

que houve processos de abuso administrativo, ela atingiu na verdade pessoas de alta idoneidade que eram a Cinemateca. Deixei de falar na Cinemateca. A gente pegou algo falimentar e transformou na quinta melhor cinemateca do mundo. Isso é avaliação internacional, não é minha. Tipo Bresser Pereira, que é uma pessoa que você pode... se trouxer o fogo aqui, pode botar a mão no fogo, que não tem erro, e um corpo de funcionários que são verdadeiros militantes da causa da preservação da memória do cinema brasileiro. Por causa de um processo mal intencionado da época da Ana, que uma pessoa, para se vingar de outras, caracterizou um sistema de malversação de dinheiro público. Tudo infundado. Não tinha nada a ver comigo, mas ela montou uma declaração. A família dela me pediu desculpa, os filhos, o ex-marido. Ex-marido não é mais família, mas os filhos é. Me encontraram no Espaço Cultural, “perdoe minha mãe. A gente quando ouviu correu lá em casa e...” Eu me ofereci para ser testemunha na Polícia Federal no processo. Cheguei lá, escolhambeei a Polícia Federal. Tive até que moderar, porque eu estava bastante irritado. Morando na Espanha ainda. Eu disse: “Vocês compraram um mico. Isso aí é uma vingança. E isso está acontecendo no Brasil. A judicialização está fazendo com que os funcionários públicos honestos estejam vulneráveis a qualquer malandragem desse tipo. Qualquer coisa que levantam vocês transformam em processo. Essas pessoas...” Olha. Tem gente lá que ficou com anorexia, teve gente... Porque pessoas honestas, quando são acusadas, e quando são inexperientes, não sabem o que fazer, então... E aí a Polícia Federal insistiu, insistiu, e chegou no final chegaram à conclusão que não se justificava toda aquele negócio. Lá é outro lugar de sucesso assim. Foi bastante machucado. Muitos desistiram. Criaram mil óbices para o funcionamento. Agora, mais do que as instituições, as políticas funcionaram bem. Isso que é a grandeza do que foi feito. A gente compreendeu de que as políticas... Não existia política, não existia uma política cultural nem políticas culturais setoriais no Ministério. A gente constituiu isso. E essas é que são o grande patrimônio do... Com objetivo, meta, muito bem estruturado. O que possibilita você estruturar os equipamentos. Eu acho que instrumento tem que ser sempre pensado em função à finalidade. Outro dia eu vi um sushiman na televisão. Essas horas que você quer dormir, aí bota o programa mais chato possível para... paf! desligar. Ele explicando por que tem que ser aquela faca. Ele disse: não pode ser serra. Não pode ser... Faca não é serra. Você tem que passar a faca e os tecidos da carne do peixe têm que... sem macerar a carne. Ou seja, o instrumento, seja uma ponte... Você não constrói uma ponte, depois vai ver o uso da ponte, qual é o terreno, o grau de consistência do terreno. Você tem que ter toda a... que vai ser usada, as condições em que vai ser usada, para você definir o formato, a natureza, a durabilidade, a resistência do... E o Ministério é um instrumento, então tem que ser pensado a partir da sociedade. Eu dava um exemplo, que quando eu ia dar, nego: ah, já sei. Que tem coisas que você tem que insistir até a exaustão para ser assimilado na cultura institucional. E o poder público no Brasil tem o seu padrão, que Grilo, aquele gravurista, tem um burocrata numa repartição pública, tentando carimbar um documento. É genial, porque ele traduz bem a cultura, esse inercial das repartições públicas. O exemplo que eu dava era o seguinte. Uma empresa, por exemplo, de sabonete tem que produzir uma determinada quantidade de sabonete e entregar essa quantidade para os supermercados, que eles vão botar nas gôndolas, então tem que ter 397 na unidade tal, o sabonete tem que ter cheiro, cor, que já é fruto de pesquisa de mercado, tem que ter consistência, durabilidade, tem que ter um rótulo que tenha capacidade de atrair o público. Então, é a partir da função que vai exercer, e a estrutura industrial é para produzir aquilo. O poder público, o movimento é inverso, vem de cá para... aí entrega um produto que às vezes não é o que as pessoas querem. Isso acontece, inclusive, com áreas que são altamente técnicas, como, por exemplo, a construção de auditórios no Brasil. Os caras constroem a partir da loucura do arquiteto e tal. Depois, vai ver... “Ah. Precisa botar reparador de sonoridade, porque a acústica... está dando reverberação”. Quando na verdade você tem que ir, no serviço que você vai prestar, caminhando do resultado para trás, para você estruturar um instrumento que de fato seja...

V. F. – Arquivo então... Nossa!

J. F. – Não. Não tem nenhum destaque. Tudo é feito dentro de um padrão que é a lógica de repartição pública. E você tem que... Eu não sou dos que acham que a gente tem que fazer nas repartições públicas apenas uma mimetização do que é feito na área privada. A lógica da repartição pública é outra. Mas tem coisas... A gestão privada absorveu muito da guerra. Toda essa visão de estratégia e tal vem da guerra. E eles desenvolveram e adaptaram ao mundo dos negócios e avançaram, porque eles têm uma meta muito definida, que é o lucro; e a partir do lucro você estrutura todo o seu modo de produção, para reduzir gastos, custos, racionalizar. E aí vem toda a dinâmica da gestão empresarial, que vai assimilando as novas tecnologias, dá uma importância enorme à inovação, que é uma maneira de aprimorar ainda mais o processo e agregar valor ao produto. A repartição pública navega num mundo que não... parece que o dinheiro não tem custo, que não tem dono, que... e o resultado sempre é precário. Eu vim de um país, a Suécia, que o Estado é o mais eficiente lá, no ponto de ônibus tem 13.47, o ônibus passa às 13.47, para que as pessoas não fiquem na neve, no inverno, lá padecendo. O dia que está previsto chegar seu salário pelo correio chega o seu salário pelo correio. Então, tudo funciona. Eu, por exemplo, cheguei lá, não sabia da regra, uns quatro, cinco meses depois, eu recebo uma carta da comuna que eu morava dizendo: o senhor já mora aqui há não sei quantos meses, ainda não veio se registrar no hospital da comuna. Todo cidadão que vai residir mais de um ano na Suécia é obrigado a fazer exames preventivos. Isso redundava numa redução do custo de todo o sistema de saúde, porque a prevenção... Eu tomei uma aula ali de... E é isso. Eles funcionam na base... Então, quer dizer, essa eficiência eu acho que é algo inercial no Brasil, ninguém pensa, no poder público, nessa coisa. E a gente fez isso. Claro que não chegamos à excelência, porque... como ministro da Cultura, eu me sinto um pouco como esses meninos que ficam fazendo malabarismo lá, você tem que fazer um conjunto de coisas que você não tem condições de fazer. Isso é outra diferença da área privada. A área privada, o empresário só faz tal coisa se tem os recursos; vai captar no banco ou já tem. O poder público tem que fazer coisas e faz sem ter condições de fazer, então é uma precariedade permanente, uma lógica da precariedade que não é correta. Então, mesmo dentro da precariedade, você tem que procurar atingir o padrão mais... A gente, por exemplo, criou dentro desse item: observatório de editais. Como podemos aprimorar nossos editais? Então nossos editais saíram de uma generalidade, que acabava financiando o que não devia, e fomos aprimorando, a partir de vários indicadores de eficiência, eficácia e a necessidade de atender a certas demandas transversais de determinada área. Então isso é um pequeno detalhe de uma preocupação gerencial administrativa que a gente teve e que essa turma que chegou... as duas senhoras que foram nomeadas depois de mim não tinham. Nem passava na cabeça. Uma porque... não mexe com isso, e a outra porque estava em outra esfera de preocupação e de interesse, estava ali passando a chuva. Então, o ambiente que encontramos tinha um... Mas a gente retomou. E agora com muito mais força, porque eu trouxe uma galera de menos idade. Eu estava falando do secretário executivo. Por exemplo, o meu chefe de gabinete tem menos de... eu acho que tem 32, menos de 35 anos. Quando chegou lá, a secretária disse: “Mas Juca, você não exagerou, não? É um menino”. Eu disse: “Espere para ver. Um menino que... mão dura, muito mais do que eu”. Ela disse: “O cara é danado!” Eu disse: “Está vendo aí? Não tem negócio de idade, na verdade”. Chegou cheio de gás e não dava moleza mesmo. Então... Mas tinha uma coisa de todos entusiasmados em fazer. Isso é a grande qualidade quando você escolhe os... as pessoas a partir de critérios. Eu acho que deveria haver um grande movimento de qualificação do Estado. É parte da democracia isso. Esse Estado molambento, esculhambado, que é butim de guerra, quem ganha uma eleição tem direito a fazer o que quiser com. Não pode ser assim. Eu sou contra isso. Isso me desgastou muito, porque os partidos, os parlamentares se sentem com direitos. Uma vez, eu recebi uma visita de um senador e dois deputados. “Nós viemos aqui... Nós trouxemos o nome da pessoa para dirigir o Iphan em Brasília”. Eu digo: “Mas eu não estou precisando. Eu já tenho. Eu já nomeei a pessoa”. – “Não.

Mas esse cargo é nosso”. Eu disse: “Eu não li em canto nenhum isso”. Esse diálogo foi exatamente nos termos que eu estou colocando. “Mas nós temos direitos”. Eu digo: “Me desculpe. Eu, como executivo, também tenho direito de ter uma equipe que tenha condições de entregar o que eu pretendo fazer”. Aí eu perguntei: “Quem é a pessoa?” Era o vice-presidente da maior empresa imobiliária de Brasília, que o dono era vice-governador de Brasília. Aí eu disse: “Ah. Vocês estão pensando o quê? Que eu vim para Brasília entregar o ouro aos bandidos?” Aí o senador levantou: “Fui ofendido. Eu vou embora”. Digo: “Não, senador, sente aí, porque eu disse assim metafóricamente. Não me referi a vocês”. E, de fato, não tinha me referido a eles. Usei o termo. Que era isso que eles queriam. Aí eu disse: “Esse cara está vindo aqui sabe para quê? Eu vou lhe cantar a pedra, para mostrar a vocês que eu não sou bobo. Esse cara vem aqui para quebrar o padrão de verticalização de Brasília. E eu não vou... Senão eu vou ter que morar em Burundi, depois, com carteira falsa, para que ninguém saiba meu destino. De jeito nenhum, eu não serei a pessoa que vai quebrar o padrão de verticalização de Brasília”. – “Ah. Vamos para o presidente”. Aí daqui a pouco me liga o presidente. “Juquinha, que porra é essa?” [risos] “Você está brigando com os parlamentares?” Aí eu expliquei. Ele disse: “Fique tranquilo. Eu seguro aqui”. Os caras já estavam na sala... uma hora depois, já estavam na sala do presidente. Aí a maneira que Lula trata é que ele brinca o tempo inteiro. Eu acho isso muito bom, trabalhar com alegria. Aí eu disse: “Olha, presidente, o que eles queriam era isso”. Aí expliquei. Aí o presidente: “É isso, é? Eles não disseram isso aqui”. Eu disse: “Claro, presidente. Os caras foram aí lhe amaciar, para você...” Um ano depois, um deles marcou um almoço comigo para pedir desculpa, que passou a me admirar mais... Ele limpando o que tinha feito. O outro está preso, o senador está preso.

V. F. – Falando um pouco mais desse novo período...

J. F. – Só um parêntese. E o outro, o terceiro parlamentar, é um da bancada da bala. Então... Aí você já vê que...

V. F. – Fez sentido, não fez? [risos] Olha que fez. Mas voltando. [Falam sobre o café servido] Enfim. Voltando a essa segunda gestão à frente do MinC. Como o senhor mesmo mencionou, o senhor assume meio a críticas da sua antecessora, da Marta Suplicy, e também com o movimento dos servidores, os servidores bastante insatisfeitos, pedindo recomposição salarial. Como foi o diálogo com os servidores nesse momento?

J. F. – Olha. Sempre foi muito bom. Primeiro porque esse modelo de gestão compartilhada, você cria um ambiente de trabalho mais agradável, as pessoas se sentem responsáveis, valorizadas. O fato de não ter apaniguamento, também, valoriza, porque eu acho que esse modelo de gestão que o PT acabou mimetizando, que é a tradição dos partidos de direita e de centro e do PSDB, que tem cara de moderninho mas na verdade cooperou também... o PT, também, acabou adotando. Você bota apaniguados que muitas vezes não faz o O com um copo, não são capazes. Aí os funcionários sentem, sabem, percebem, veem. Às vezes, botam até ministro. O ministro da Cultura atual, que acabaram de botar, eu entendo mais de missa do que ele de... do que ele vai trabalhar. Então, sempre procurei... E o seguinte. Na gestão do Lula, Gil e depois eu defendíamos que os funcionários tinham que ser valorizados. Chegamos a entrar em área que não era bem área de ministro, mas nós tínhamos consciência de que não há possibilidade de você valorizar a cultura, ter um Estado eficiente e eficaz com um corpo de funcionários desvalorizados. Os funcionários do Ministério da Cultura ganhavam menos do que os outros ministérios, porque tem uma hipocrisia na política e na gestão de gente, dentro do governo, que o cara tem um salário que, aparentemente, todo mundo tem mas tem complementações e... Que é aí onde a porca torce o rabo. É aí que o cara é valorizado ou não é. E no Ministério, era ultra deprimido. E eu e Gil... Primeiro Gil, depois eu dei continuidade... Mesmo na época de Gil, eu também bradava publicamente a necessidade de valorização dos funcionários em geral, então eu sempre tive boa relação com ele; apesar deles... os petistas acompanhavam aquela má-vontade do setorial de cultura do PT com a gente. Acompanhavam

mais ou menos. Mas a gente foi criando um ambiente muito favorável. Ao ponto que uma vez, num evento, Lula estava falando – aquele jeito, andando de um lado para o outro –, aí, quando olhou, viu Gil na... e eu, na linha de frente ali, sentado – e viu Gil, um dos ministros, que estava atrás. Ele parou e disse assim: “Gilberto Gil. Eu queria pedir a você e a seu secretário executivo que parem de ser líderes sindicais. O único líder sindical aqui sou eu. Eu não estou fazendo isso. Deixa os funcionários reivindicarem. É bom até que eles ganhem as... conquistem direitos pela luta deles. Façam o trabalho de vocês e deixem eles”. No dia que ele me escolheu, que me chamou no Palácio para dizer: “Olha. Eu quando lhe vi interferindo numa determinada reunião comigo e quando eu vi que o Ministério funcionava apesar de Gil viajar...” Dos seis anos de Gil, eu fui quase dois ministro interino. Porque Gil foi convencer os países de votarem na convenção de proteção da diversidade. Claro que era ele que tinha que ir. Gil tinha turnê. Somando tudo dá... Aí ele me convidou, eu disse que aceitava. Aí eu disse: “Presidente, eu tenho uma demanda. O direito de continuar defendendo mais recurso para o Ministério e valorização dos nossos funcionários, senão eu não posso dirigir”. Então ele: “Putá que o pariu! Eu pensei que estava me vendo livre de Gilberto Gil, e vem você...” Aí disse: “Tudo bem. Faça. Mas modere aí, porque Gil exagerava”. E eu segui na mesma toada. Então, tinha uma coisa com os funcionários. Eu entendo as representações, as organizações sindicais, mas, quando tem má-vontade e dificuldade aqui, eu não tinha nenhuma inibição de conversar com as pessoas que trabalhavam comigo. Quando eu voltei, teve manifestação dos funcionários, de alegria, porque sentia que o Ministério voltava a ser revalorizado. E é óbvio que só há aumento salarial, só há melhoria de condições na medida em que o Ministério tenha estatura, internamente, no governo. Além do mais, as duas senhoras que me substituíram não tinham... Isso não entrava no universo de preocupação delas. Então, a relação sempre foi boa. Agora sempre tem um que reclama, um sindicato que quer... Reivindicaram participar do conselho. Nós botamos os funcionários no Conselho de Cultura. Tudo que reivindicavam, que tinha alguma... Agora tinha uma parte que não cabe a mim, não cabe a ministro ter uma política de ministério do planejamento. Mas, mesmo assim, eu negocieei muito com o Ministério do Planejamento, para melhorar as condições do Ministério.

V. F. – Desculpa interromper. Até hoje os funcionários do MinC têm uma dificuldade muito grande de ter um salário competitivo em relação aos outros, seja do ponto de vista, também, dos auxílios, enfim, de titulação e de mais coisas. Tanto que os últimos concursos que o próprio Iphan e as outras áreas fizeram teve, também, uma evasão muito grande.

J. F. – Claro. Tem toda razão. É isso. É disso que eu estou falando. Ainda melhorou muito do que a gente encontrou. Melhoramos nos planos de saúde, melhoramos... Tudo que a gente pôde fazer e que conseguimos conquistar, fizemos. Agora... Ainda há uma... Eu acho que há um descaso com o funcionalismo enorme, no Estado brasileiro. Enorme. A sociedade já trata o funcionário público como o mordomo da história. E o Estado aproveita disso e trata a pão e água. A não ser quando tem interesse. O Ministério do Planejamento, ganha muito mais, a Casa Civil... Esses que têm... AGU... E a gente está no fim da fila da valorização interna.

V. F. – Já que a gente está falando de dinheiro e de orçamento...

J. F. – Você gosta desse assunto, já vi. [risos]

V. F. – Se puder reverter e fazer coisas, ótimo. Logo nesse início, princípio de 2015, tem várias reportagens e vários depoimentos, enfim, várias falas suas pedindo não só o aumento do orçamento mas também pedindo que, meio ao cenário já de crise econômica que se colocava naquele momento, os cortes na Cultura não fossem tão profundos e tal. No entanto, isso acabou não se concretizando, esse aumento de orçamento, os cortes, também, aconteceram. Como o senhor vê essa questão em termos de possibilidades e de planejamento do trabalho que o senhor queria colocar?

J. F. – A gente foi parcialmente bem-sucedido na época do Lula.

V. F. – E agora, no mandato da Dilma?

J. F. – E uma vez o Mantega... Eu fui conversar com Mantega sobre isso, aí ele, brincando, na porta, assim, abriu a porta: “ô ministro...” e tal... “Ministro. Aqui, a faca é cega. Não olha a quem”. Eu disse: “Não. Aqui a faca é amolada. Vocês cortam com uma facilidade... Cego é quem maneja a faca”. Ele aí tomou um susto. Eu digo: “Não. Vamos conversar”. Aí mostrei a eles que era burra a política de o corte igual. Quem tem gordura... Aí, eu até criei uma figura, que é o seguinte. Chegam três pessoas numa clínica de emagrecimento. Um gordão, um obeso mórbido, um acima do peso e um magricelo. Se você dá o mesmo nível para os três, o gordão ainda vai precisar fazer realinhamento alimentar e tal, para diminuir ainda mais; possivelmente, o obeso vai chegar para o peso...; o magricelo vai morrer, porque se você corta trinta por cento do alimento de um magricelo, ele vai cair na inanição e vai morrer. Então, não é inteligente. É preciso fazer uma avaliação, um diagnóstico da situação de cada. E tem que ter uma revalorização da cultura dentro da divisão do bolo, é evidente. Eles falavam muito em série histórica. Isso me irritou profundamente e tive uma briga lá dentro do Ministério do Planejamento. Os caras já não me agüentavam mais quando eu era secretário executivo. Mandaram uma senhora – paternalista: “Não. Eu sei que vocês artistas...” Eu digo: “Minha senhora! Eu não sou artista, eu sou sociólogo. Não trate o Ministério da Cultura com esse paternalismo. Não me fale em continuidade de série histórica. Lula foi eleito pela população para quebrar a série histórica, para valorizar o que não é valorizado, então não... não funciona esse tipo de conversa”. “Ah. Mas eu estou sendo tão delicada...” Eu disse: “Eu também estou. No nível do que eu poderia ser aqui, eu estou sendo delicado. Mas não me venha com essa conversa de... para me amaciar, porque... na verdade, mandaram a senhora porque eles já não agüentam mais”. Aí me mandaram para o escalão que, de fato, define. Passamos meses discutindo. Eu provei a eles de que nunca entrou um tostão da cota que nós temos nas loterias, nas extrações das loterias. Eles fazem uma ginástica contábil. Tudo que entrar... ou seja, tudo que teríamos direito que entrasse na nossa conta da extração, aí eles tiram do lado de cá. E aí, o seguinte, o Ministério do Esporte foi examinar, depois da minha grita, viu que eles, também, não recebiam; mas eles tinham uma estrutura, que é o COB, que não é estatal, então eles pegaram... eles fizeram... Eu não tenho, não tinha, lá. Não tenho não, não tinha. Eles pegaram a contribuição lotérica e jogam direto no COB, então eles deixam de dar a contribuição do COB mas somam a contribuição lotérica ao orçamento. Eu não tinha como fazer essa ginástica, então eu ficava dependendo da sensibilidade deles. Outra coisa. O apoio que dão à Lei Rouanet traduzindo a renúncia fiscal é uma hipocrisia também, porque, na verdade, é um dinheiro público que ainda não caiu da conta do governo e, portanto, não será contabilizado no cálculo do superávit. Aí o Ministério do Planejamento adora, só porque... para melhorar um pouquinho a conta dele. E gera uma distorção enorme, porque pegam o dinheiro público e dão para departamento de marketing gerar... e o afeto que eles têm... não é nem o compromisso com as empresas, não, é porque isso não entra na contabilidade do superávit. Então, até nesses detalhes, a disputa era pesada mesmo. E eu procurei uma pessoa, que tem fortes ligações com a questão cultural, mas já foi chefe da Receita Federal. Eu disse: “Venha cá. Você vai me contar tudo”. Aí disse: “Não depositam...” Como é? “Criaram um mecanismo automático de que tudo que vem da loteria a gente perde do lado de cá”. Ele deu risada, disse: “Fui eu que criei isso. Como é que você descobriu?” O cara já tinha sido da Receita. Aí eu disse: “Você, agora, vai me ensinar o antídoto”. Ele me deu. A gente conseguiu, operando como ele propunha. Mas foi pequeno. E no governo Dilma, assim, a insensibilidade era maior, eram herméticos, não tinha muita sensibilidade. Eu era bem recebido, tanto pelo primeiro ministro do Planejamento quanto pelo segundo, conversávamos e tal, mas a eficiência das conversas era muito pequena. Então, você tem razão total aí, que a gente não conseguiu, no essencial, mudar a postura do governo. No Lula, a gente conseguiu alguma coisa. Aumentou... Nós saímos de 287 milhões do orçamento, no governo Lula, que era a série histórica que eles tanto amavam, que vinha do governo Fernando Henrique, para um bilhão e trezentos milhões. Isso é significativo. Porque a ministra

da Cultura de Portugal, numa dessas reuniões ibero-americana, ia apresentando cada ministro, fazendo pequeno comentário, na minha hora, ela disse: “Venha cá. Eu recebi um dado aqui que eu acho que está errado”. Aí eu disse: “Não. É esse mesmo”. Aí ela disse: “É o maior aumento de orçamento de um Ministério da Cultura no mundo”. Eu disse: “Pois é. Nós conseguimos isso, com a sensibilidade de um presidente”. Agora isso era uma ginástica, era um confronto isso, isso era uma área de confronto.

V. F. – E esse cenário no governo Dilma, quando o senhor assume da segunda vez?

J. F. – Diminui. É só você olhar a curva. A gente tem perdas. Volta quase para a situação da época dos tucanos.

V. F. – Mas isso impactou o desenho?

J. F. – Total.

V. F. – Como impactou? Como foi redesenho das políticas.

J. F. – Você faz menos coisa, menos editais, você cria menos bibliotecas, você tem menos dinheiro para reparação de equipamentos, ou seja, você amesquinha a gestão cultural. Não tem mágica. Eu até disse para ela: “Presidenta, me desculpe, mas... eu faltei às aulas de mágica. Eu não conheço jeito de... Eu conheço jeito de otimizar, conheço jeito de racionalizar e de gerar uma relação custo/benefício melhor; mas, mágica... não existe. Aqui, nesse ministério, não existe”.

V. F. – No momento do processo eleitoral, e aí eu prometo que já deixo você seguir com as Olimpíadas...

Carla Siqueira – Sim, senhora.

J. F. – É. A gente ainda está no preâmbulo.

V. F. – É. Que horas são?

C. S. – Acho que aquele plano de trancá-lo aqui e ficar umas quinze horas, eu acho que vai ser necessário.

V. F. – A gente pode pedir comida pelo telefone. [riso]

C. S. – Pode. Pode. Um sushi.

J. F. – É. Joga a chave fora. [risos] Vamos embora.

V. F. – É. Porque nesse momento, já no segundo turno das eleições de 2014, o setor cultural animou muito e... mesmo a militância, e se engajou muito nessa eleição da Dilma. E no pós eleição, já 2015 correndo, muitas dessas pessoas foram muito críticas ao valor... enfim, a esse contingenciamento, que não se refletia nas promessas feitas. Então houve cobranças também, imagino, para sua pessoa.

J. F. – Mais daqui do Rio. De duas pessoas. Um que escreve n’O Globo, Faustini, e o outro, o Perim, que é...

V. F. – Que agora é o secretário.

J. F. – É. Ligado ao PMDB, já com a perspectiva de vir... virem a ter uma... uma possibilidade... Ficavam desgastando isso. Mas a área cultural sabia da nossa luta. Era tão transparente. A gente sempre... A vantagem da transparência é que as pessoas sabem de tudo. E eu não cheguei a ser molestado, pelo contrário, eu sempre tive muito apoio da área cultural, até para isso, para aumentar o orçamento.

C. S. – Então, vamos falar de Olimpíadas. Ministro, a partir de quando as Olimpíadas tornam-se um tema na pauta do MinC?

J. F. – Quando a presidenta comunica de que o Ministério da Cultura ia participar do Comitê com a finalidade de fazer a programação cultural. A programação da abertura e...

V. F. – Da cerimônia de abertura.

J. F. – De abertura e da cerimônia de encerramento, tanto da Olimpíada quanto da Paraolimpíada, já estavam mais ou menos definido com o pool, que era Fernando Meirelles, um carnavalesco aqui do Rio que trabalha muito com cenografias e com a Deborah Colker. Então, já tinha definido, já estava... até o esboço eles já tinham aprovado. O Ministério da Cultura ficaria

encarregado da programação cultural durante os dois eventos. Então foi aí que nós começamos a nos mexer para cumprir e chegar a resultados bons.

C. S. – Em algumas reportagens a gente consegue mapear algumas críticas suas à programação cultural que tinha sido feito para a Copa do Mundo. O senhor podia?...

J. F. – Mediócras. Totalmente mediócras. Na Copa do Mundo, eu acho que o Brasil ficou meio deslumbrado e se submeteu completamente à lógica da Fifa. E contrariando até uma certa experiência nossa. Na Copa da Alemanha, nós criamos uma programação brasileira na Copa da Alemanha, foi um sucesso absoluto – a quantidade de gente... E aquilo acaba redundando em quê? Em interesse na arte brasileira, na cultura brasileira, aumenta o fluxo turístico, tudo isso, mensurável. E já tínhamos tido outra experiência, que foi o Ano do Brasil na França, que nós fizemos, com um sucesso enorme. O aumento dos indicadores de negócio com a França foi impressionante. Todos. Até negócio que não tem nada a ver com cultura. Porque entramos no imaginário, entramos pesado no imaginário da França. Fizemos uma quantidade enorme de evento. Teve mais gente no Ano do Brasil na França do que na comemoração do centenário da Revolução Francesa. Isso, dito pelos franceses. Então, a gente já tinha o know how, já tinha a consciência da importância para o Brasil, para a arte brasileira, para a cultura brasileira, para a economia brasileira. Mas na Copa do Mundo, foi uma bobagem atrás da outra. Aquele negócio de Fan Fest, aquilo... É tratar a população como gado, na verdade. É uma coisa de baixa qualidade, massificada, de quem não tem... de quem não é do ramo, aquilo ali. A gente tentou de todo jeito, mas não houve sensibilidade. Não houve sensibilidade, não criaram... A prefeitura de São Paulo fez umas coisinhas extras; mas, não vinha recurso, não tinha disponibilidade nenhuma de dialogar sobre uma programação cultural. Fizemos alguma coisa lá com os recursos que tínhamos. Mas achei muito medíocre a programação cultural. E num país como esse, que tem uma capacidade de acolhimento, tem... havia uma predisposição de incorporação. Tanto é que os depoimentos todos, de todas as seleções, dos burocratas, foi a simpatia do povo brasileiro, a acolhida, a capacidade de diálogo. As pessoas exibindo suas qualidades culturais e artísticas, impressionando. Mas faltou ao governo a noção de que é o governo de um país que tem a maior diversidade cultural do mundo, que tem uma qualidade artística... a música brasileira já está nas paradas de sucesso desde a década de 40, 50, no mundo inteiro. Brasileirinho tocou tanto, na década de 50, na Suécia, que os suecos pensam que é uma música sueca. Tem bandas que imitam Milton Nascimento, na Escandinávia, tem encontro dessas bandas. Como aqui no Brasil imitavam Ray Conniff, eles... Então... E nada disso... Isso é economia, isso é afirmação cultural, isso é afirmação do Brasil no cenário internacional. Mas... comemos mosca, o país.

C. S. – Ministro Juca, essas experiências anteriores, as bem-sucedidas e a malsucedida na Copa aqui, em que medida elas foram retomadas, reavaliadas, no processo de se pensar essa programação das Olimpíadas?

J. F. – Quando eu falava desse fracasso da... todo mundo aceitava. Então ajudou um pouco a abrirem para o Ministério da Cultura fazer a programação cultural durante o período. Eu nem me incomodou muito da abertura já ter sido... Quando chamaram a gente, já estava decidido. Eu nem sei quem decidiu, quem participou da decisão; mas, tudo bem. Mas a gente fez uma programação... Eu trouxe o melhor cara do Brasil de... o melhor programador de atividades artísticas culturais em rua, que é o cara que pensou e dirige até hoje a Virada Cultural de São Paulo. Ali, é uma quantidade enorme de gente; e ele tem um cruzamento para definir públicos, de faixa etária, de gosto, de tendências musicais e culturais, e ele chega a conformar desde o cara que é fã de Agnaldo Timóteo ou do... toda essa faixa de música, até os hipervanguardistas, o funk e outras expressões culturais. E acho que a programação que fizemos foi, dentro das condições, boa. Agora, quando entrou... foi exatamente... eu não me lembro quantos dias antes da Olimpíada, entrou o outro governo, o ilegítimo aí...

C. S. – Maio.

V. F. – Foi em cinco de maio.



J. F. – E quando é que começou a... [olimpíada]?

V. F. – Seis de agosto.

J. F. – Dois meses e pouco, quase três meses. É isso. Aí o ministro Calero disse que a gente era megalomaniaco, que... Eles ficaram com medo de virar manifestação contra o governo. Esse foi o primeiro medo. Segundo, não são do ramo. Terceiro, queria dar porrada, uma cacetada no governo anterior, aí... que a gente era megalomaniaco, não sei quê. Cortaram a programação de rua, que era uma parte importante. Pô. Na Bahia, no Rio de Janeiro, o maior ativo cultural que você tem são as atividades de rua, de conagraçamento, de celebração. Depois do carnaval, as revistas do mundo inteiro (isso foi um publicitário que me mostrou) publicam páginas e páginas sobre o carnaval do Rio de Janeiro, ou as mulheres, é muito apreciado no mundo inteiro. Eu fui trabalhador braçal na Suécia, nas salas de descanso, em fábricas, no porto, estão lá as revistas especializadas no carnaval do Rio de Janeiro, que ficam o ano inteiro lá, já velha, toda desgastada de tanto ser olhada. Ou então escola de samba. É vídeo, tem... Como é que não usa isso, o potencial que isso tem? Não só isso. Outras manifestações também. Então, houve uma redução do que nós programamos para o que aconteceu. Para economizar dinheiro também. Estavam naquela paranóia inicial, que tinha que cortar os tostões... O que nós tínhamos, se eu não me engano, era em torno de 80 milhões, para fazer a programação toda. Tinha mais de dois mil eventos, em locais fechados, em locais abertos, feitos pela comunidade, feito por grupos culturais. Um percentual da cidade do Rio de Janeiro e um outro percentual do Brasil, que também é um momento de o país se mostrar. E as manifestações em grupos culturais e artísticos que vinham de fora, uma parte era até co-financiado pelas secretarias de Cultura ou de Turismo dos seus estados. Então, aí, tinha gastronomia, tinha... Tinha uma porção de coisas, que tinham sido programadas, que eu acho que chegamos a um nível razoável de... em ambientes fechados e... Quando fomos apresentar para a presidenta, uns dois meses, três meses... já perto do final do governo dela, a gente estava fechando a programação, quando no dia de apresentar a programação cultural, alguém tinha soprado no ouvido da presidenta que a gente estava querendo ocupar a cidade toda com atividades culturais. O que era verdade. Mas que isso não fosse positivo. Aí eu disse: “Presidenta. Melhor é ouvir quem entende. Eu vou explicar para a senhora. Não dá para fazer todas as atividades culturais na Casa Brasil. A Casa Brasil cabe duas mil pessoas. Vêm quinhentos mil, cálculo pessimista, quinhentas mil pessoas de fora do Brasil. Vai vir mais o mesmo número dos outros estados do Brasil. Cariocas que vão acompanhar a Copa, vamos botar aí duzentos mil...”

C. S. – Olimpíadas.

J. F. – Perdão. Olimpíada. “Se você somar isso aqui, como é que você pode fazer uma programação cultural de relevância num lugar que só cabe duas mil pessoas? Essas outras pessoas vão ficar vagando pela cidade, sem saber o que fazer. A gente tem que ter programação para os espaços fechados, museus, teatros, centros culturais, e rua, e comunidades, e promover as atividades culturais que a comunidade pode oferecer. Tudo, esse conjunto vai colocar a gente como o país que teve a melhor programação cultural. Porque a gente é rico em manifestação cultural e artística. E isso é um patrimônio do país e isso pode ser disponibilizado num momento desse. Isso, depois, gera negócios, os artistas brasileiros ficam conhecidos. Fruto do Ano do Brasil na França, muitos artistas brasileiros entraram no circuito internacional. Artistas plásticos, músicos e...” E aí consegui convencer que o caminho era aquele. Apresentamos a proposta. Ficaram deslumbrados com a proposta. O COB, também, ficou deslumbrado.

V. F. – Deixa eu retomar um ponto. Quando o senhor toma posse em janeiro de 2015, o senhor conseguiu mapear, já havia alguma discussão, dentro do Ministério da Cultura, em relação às Olimpíadas?

J. F. – Não. Tinha a reivindicação de participar. Já existia. Mas não tinha nada, não.

V. F. – Não tinha nenhuma ação encaminhada.

J. F. – Não.

V. F. – E aproveitando esse momento. Será que a gente pode fazer uma breve pausa, porque eu preciso ir ao toalete?

– Eu também preciso.

J. F. – Você viu da possibilidade de trocar a passagem?

V. F. – Eu vou ver agora.

J. F. – Não pode muito tarde, não. Pode ser assim... oito horas, por aí. Em torno disso. Um pouquinho menos.

C. S. – Então tá. Vou retomar aqui.

J. F. – Lia trabalha aqui também? Não.

V. F. – Não. Lá na Casa de Rui [Barbosa]. É porque esse projeto é uma parceria.

J. F. – Eu sei.

V. F. – A gente estava fazendo um evento, um ciclo de debates Olimpíadas vão ao Cinema, eu, Bernardo Buarque, que trabalha aqui também, junto comigo, e Lia e Herculano, lá na Casa de Rui. A partir daí, quando surgiu o projeto, ela convidou a gente.

J. F. – Vamos embora.

V. F. – Então vamos.

C. S. – Nós vamos detalhar daqui a pouco a formulação da programação das Olimpíadas, mas eu queria ainda, insistir um pouquinho e voltar nos antecedentes das Olimpíadas. Eu queria lhe perguntar, por exemplo, se na época do Pan-Americano, qual foi a atuação do MinC, qual foi a importância de uma programação cultural ali, no Pan-Americano de 2007.

J. F. – Agora, eu não me lembro. Não me lembro de nenhum detalhe assim da...

C. S. – Talvez não tivesse, ainda, a cultura entrado nessa pauta, nesses eventos anteriores, de uma forma...

J. F. – Não. Quando foi o Ano do Brasil na França? Já tinha. A Olimpíada na Alemanha, também, quando foi?

V. F. – Acho que o Ano do Brasil na França foi em 2008? Não. 2008, 2009?

C. S. – Não me lembro. Nina, dá uma googada aí para a gente.

J. F. - Eu não me lembro muito do...

V. F. – O Ano do Brasil na França...

J. F. – E a Copa do Mundo na Alemanha. A gente já tinha. Eu é que não me lembro.

V. F. – 2013? Não foi antes não?

J. F. – Eu não me lembro dessa atividade.

C. S. – Vamos em frente. Ainda no processo anterior à realização das Olimpíadas. Quer dizer, o Brasil vence, é escolhido para sediar as Olimpíadas, num processo de candidatura que eu gostaria de saber qual foi a participação do MinC ainda nesse processo de candidatura.

J. F. – A gente financiou alguma atividade, que eu não me lembro qual. Tivemos o contato com o Comitê Olímpico. Mas era uma fase mais do investimento... Houve uma preparação, um reforço de marca do Rio de Janeiro. A gente ajudou, participamos da conversa.

V. F. – 2005.

J. F. – Tivemos também... Ah. Financiamos uma atividade. Agora, eu também não me lembro muito o que foi, como foi que a gente planejou.

V. F. – Como é essa história de reforço de marca do Rio? O senhor lembra?

J. F. – Eu tenho certeza que tinha relação com isso. A Globo participou, participou empresas privadas de comunicação... Houve uma pesquisa, a imagem do Brasil apareceu como boa internacionalmente, Lula apareceu como ativo disso, o Rio de Janeiro particularmente, como era de se esperar, também, com uma imagem muito forte. Aí os publicitários trabalharam uma ideia de reforço da marca do Rio de Janeiro, a partir desse diagnóstico que fizeram, que era muito boa a marca do Brasil, do governo Lula, de Lula. Acho que contribuiu muito a forma com que o Brasil se aproximou, que o governo, COB brasileiro e... foi disputar a indicação. Foi bem feita.

V. F. – Só para dar o... A Nina checou ali. Engraçado. Eu lembrava que era depois. Mas foi em 2005.

C. S. – O Ano do Brasil na França.

Nina – O Ano da França no Brasil.

V. F. – Ah. Então foi isso. O Ano do Brasil na França foi 2005 e o da França no Brasil foi em 2009.

J. F. – É isso. O Ano do Brasil na França, que foi programado basicamente por a gente, foi infinitamente melhor do que o Ano da França no Brasil. Maior, mais significativo. Teve... Se não me engano, quatorze milhões de pessoas participaram das atividades. Foi uma experiência fantástica de programação. E fomos bem-sucedidos nisso.

C. S. – Ministro, indo já para o segundo mandato da presidenta Dilma, quando o MinC vai começar a trabalhar, propriamente, nessa programação para as Olimpíadas. Como esse trabalho foi organizado dentro do Ministério? Como se constituiu um grupo, que grupo é esse, quais são os setores que estão envolvidos na formulação dessa programação?

J. F. – Olhe. É assim. Eu botei um dos meus assessores... Como é o nome dele? Você falou aí.

V. F. – O Adriano? Adriano de Angelis.

J. F. – O Adriano para coordenar junto com o secretário executivo, que já deu entrevista aqui, deve ter falado alguma coisa, e chamei o... José Mauro, que eu considero o melhor programador desse tipo de atividade, no Brasil. Tem a experiência da Virada Cultural e... Bastante sensível. É paulista. É para compensar, a gente incorporou uma programadora carioca, também, para não... Porque a programação tem que traduzir também dinâmicas culturais meio invisíveis, e ele, de São Paulo, mesmo conhecendo o ambiente daqui, não era suficiente para gerar uma programação de sucesso. Eles se integraram muito bem. Eu procurei valorizar mais os programadores. Disse a Adriano: “Solta a corda. Deixa eles viajar. Depois, se não houver dinheiro, a gente corta. Se for inconveniente alguma coisa, a gente propõe a eles suprimir. Mas deixa eles fazerem o trabalho deles com toda a liberdade, para que a gente tenha um produto...” E, de fato, o que apresentaram para a gente era muito bom, tanto em termos de representação da arte e da cultura do Rio de Janeiro quanto dos estados. E o processo de negociação com os estados, para que eles co-financiassem... Houve um processo de construção. O COB ficou muito contente, incorporou... praticamente tudo. Toda a programação nossa não teve nenhuma dificuldade de ser aprovada, quando entrou no circuito da Olimpíada. Eu sugeri uma coisa, que acabou não dando certo por uma dificuldade... o Teatro Municipal de São Paulo estava com um programa chamado Alma Brasileira, de valorização da obra de Villa-Lobos. Eu sugeri que fizesse parte da abertura, uma programação paralela no Teatro Municipal daqui. E foi fechado. Mas depois eles apresentaram um orçamento que o Ministério não aprovou. Eu lamentei muito, porque Villa-Lobos é um patrimônio, o Brasil não trabalha a valorização da obra dele, nem para dentro do Brasil nem para fora. O maestro John Neschling é um dos melhores maestros do Brasil e um cara que tem um conhecimento da obra do Villa-Lobos bastante sólido, eu tinha certeza que ia ser um sucesso total. Mas não conseguimos fazer, por causa de lá, do teatro. A parte cultural estava muito boa, mas a parte orçamentária estava muito descosturada. E nós não aprovamos.

C. S. – Ministro, a partir de dezembro de 2015 é constituído o Comitê Executivo do MinC, para se pensar essa programação, articulando vários setores. O senhor pode comentar um pouquinho? Quais eram as responsabilidades? Como foi o funcionamento do Comitê?

J. F. – Porque o seguinte. Claro que eu dei toda liberdade para os programadores que coordenavam. O José Mauro. O nome da menina eu me esqueço.

C. S. – Daniele Negromonte.

J. F. – Daniele Negromonte. E do...

V. F. – O Adriano?

C. S. – Adriano Pilates.

V. F. – Não. De Angelis.

C. S. – Pilates é meu colega na PUC. [riso]

V. F. – Pois é. Professor da PUC. [riso]

J. F. – Pilates é o que eu faço, às vezes. [riso] Eles tinham toda liberdade. Mas evidente que a gente tem todo um aparato no Ministério de expertise. Temos Ancine e temos a Secretaria do Audiovisual, temos todos os setores que de alguma maneira poderiam ser apresentados, tanto em nível de linguagem artística e produtos artísticos quanto ao nível de cultura, o Ministério tem relação, então eles tinha obrigação de fazer o processo de garimpagem, de filtragem, de escuta, com toda essa estrutura diversa, que lida do norte a sul do Brasil, do leste a oeste. E isso ajudou muito na programação. O que eles não sabiam, essa turma sabia e vice-versa. E aí constituíram... A estrutura do Ministério ajudou muito a chegar a uma boa programação. Eu me lembro... não me lembro agora o nome – um grupo cultural indígena que... Sim. Nós criamos uma estrutura específica para que os índios tivessem uma representação aqui, tanto culturalmente como, especificamente, artisticamente. Entramos em contato com o Museu do Índio, eles iam ter parte da responsabilidade na programação indígena. As manifestações tradicionais artísticas, inclusive apresentação de uma nova geração da música brasileira, que está emergindo, que é pouco conhecida nacionalmente. Mobilizamos toda a estrutura para isso.

C. S. – E o senhor acaba de mencionar...

J. F. – Mas quem fazia a síntese era esses três pessoas. Eles é que coordenavam esse processo de montagem da programação, com toda liberdade. A única sugestão minha foi incorporar esse concerto, uma obra de Villa-Lobos, que acabou não acontecendo.

C. S. – O senhor tinha mencionado antes essa marca participativa do Ministério e citou agora esse elemento das manifestações indígenas nessa programação. Em que medida essa marca participativa aconteceu na formulação desse programa? E até fazendo referência a outros grupos também, como quilombolas, outras minorias, a sociedade civil de forma mais geral.

J. F. – A gente criou uma aceitação de proposta, um processo de apresentação de proposta. Aí veio proposta do Brasil inteiro, evidente, numa quantidade infernal. A riqueza cultural do Brasil, todo mundo queria se exhibir, todo mundo queria participar da Olimpíada. Aí, eu nem sei como foi o processo de seleção. Mas eles tiveram... Claro, tinha que considerar custo, apropriação a uma estrutura que eles pensavam para o desenvolvimento das atividades, mas... E aqui mesmo, no Rio, foi apresentada uma quantidade enorme de propostas. Normal. A gente já sabia que ia ser numa escala... quando a gente abrisse a porta, a escala ia ser fantástica. E foi.

C. S. – Ministro. Fazendo a pesquisa, uma das coisas que a gente identificou foi um comentário seu sobre o fracasso da programação cultural na Copa, que talvez estivesse relacionado até a uma falta de articulação entre os diferentes níveis de governo, para pensar e formular isso. No processo de organização dessa programação olímpica, há a constituição do Fórum Permanente de Cultura ou Fórum Carioca, aqui, a partir do início de 2015. Eu queria que o senhor comentasse sobre essa iniciativa. Se ela tem a ver com essa percepção da necessidade de uma maior articulação entre os diferentes níveis de governo.

J. F. – Quando uma olimpíada acontece num país, na verdade, está acontecendo numa cidade e com uma ou outra atividade em outra cidade, como no caso do futebol – teve na Bahia, teve em Minas, teve... E a gente tinha consciência disso, que a gente queria dar um caráter nacional na apresentação cultural, mas era o Rio de Janeiro que ia se relacionar. E a gente respeitou muito as instâncias do município e do estado. Já tinha até uma programação muito avançada, com Carla Camurati coordenando e tal. A gente foi, vamos dizer assim, dialogando, para ampliar o significado, a amplitude da programação, menos autoral e mais escutando, recebendo contribuições diversas, mas não... Fomos bem sucedidos nessa relação. Acho que avançou. Porque nós experimentamos o não diálogo na Copa do Mundo, eu estava de secretário estadual... perdão, municipal de São Paulo, então a gente tinha a visão crítica desse tipo de

abordagem do governo federal, meio tirânico, na relação. Sempre tivemos. Mas de qualquer jeito, já tínhamos experimentado pelo outro lado a dificuldade de diálogo, então nós abrimos. E fiz várias reuniões com a secretária estadual, a Eva, com Calero, com Carla, com o COB. E depois, quando começou a caminhar a programação, aí eu não me meti mais, porque não cabia mais a mim. Eu tinha outras coisas para fazer. Foi bom. Acho que a gente conseguiu. E as secretarias estaduais e municipais de Cultura e de Turismo, do Brasil inteiro, tiveram... alguns estados assim, tiveram consciência da importância do evento e se mobilizaram para trazer programação gastronômica, trazer uma programação... Até países. Eu recebi a visita do embaixador da Austrália, que queria ter uma programação específica australiana. Acho que até teve. Trouxeram os aborígenes, queriam trazer o principal grupo de rock de lá. E quem mais? França também. Os países de língua francesa. Yoso... Não. Era o Manu Dibango que estava coordenando. Eu tive reunião com ele. Até eu disse a ele: “Pô, Manu Dibango, eu sou seu fã desde que eu era jovem”. Ele disse: “E eu sou tão velho assim?” [risos] Eu digo: “Ô, cara. Eu estou lhe tietando e você me...” Ele deu risada. [risos] Era uma figura. Eu já conhecia ele. Eu participei da programação do Festival Internacional de Arte Negra, no Senegal, e ele era um dos coordenadores. Então, a gente dialogava, o que foi possível dialogar para constituir... Eu até propus a ele: “Vocês dirigem um palco junto com gente da diversidade cultural do mundo”. Ele aí: “Eu quero fazer o show de abertura com Gilberto Gil”. Eu disse: “Olha. Eu não garanto por Gilberto Gil; mas eu tenho certeza que ele vai gostar, porque ele gosta da sua música”. Ele disse: “Não. Eu é que gosto da música dele”. Ele aí disse uma coisa interessante, que eu já tinha ouvido de outro africano, o [Yoso Nodô]. Ele disse assim: “Gil nos ensinou a sermos africanos e modernos ao mesmo tempo. Até Gil, quando a gente queria ser africano era uma coisa, quando a gente queria ser moderno a gente rompia com... E Gil é um cruzamento dessas coisas, da africanidade e... da afrodescendência com a modernidade. Ele tirou, limpou essa diferença, para a gente”. E ele se ofereceu para fazer... Depois, eu nem sei se aconteceu, porque com as reduções, com as modificações... Gil se apresentou na... na Copa?

V. F. – Nas Olimpíadas?

J. F. – É, nas Olimpíadas.

V. F. – Que eu me lembre, não.

C. S. – Na abertura?

J. F. – Ah. No encerramento, foi ele e Caetano.

C. S. – Na abertura. Na cerimônia de abertura. Ele e Caetano.

J. F. – É. Mas fora disso... Num palco...

V. F. – Fora do Maracanã, não. Eu acho que não.

J. F. – É. Então não aconteceu. Porque aí, como já tinham... o golpe já tinha afastado a Dilma e tal, eu não vim para cá. E estavam com aquela conversa de que tinham que reduzir, por causa de dinheiro, porque a gente era megalomaniaco, não sei o quê. Essa mania que tem de ficar falando mal do que não sabe.

C. S. – Ministro. Esse Fórum Carioca realizado aqui em 2015, com a sua presença e também os secretários, o secretário estadual, o secretário municipal, e outros grupos...

J. F. – Alguns secretários de cidades da Baixada. Enfim...

C. S. – E Funarte...

J. F. – Se eu não me engano, o prefeito Quaqué esteve presente. Porque eu fiz várias reuniões. Eu posso estar errando aí, mas... Foi uma boa reunião. A área carioca com muitas demandas, muitas ansiedades. Normal.

C. S. – Mas havia aí uma possibilidade de integração? Ou essa integração é difícil?

J. F. – Não. Havia. Havia, inclusive porque a gente evoluiu de uma programação toda concentrada a partir de um trabalho que Carla Camurati vinha fazendo, a gente incorporou o que Carla Camurati vinha fazendo e abrimos. E esse momento foi o momento em que a gente

anunciou que íamos aceitar propostas. Eu tinha uma expectativa de um pouco mais de dinheiro do que acabou tendo, então...

V. F. – No MinC ou nas outras?...

J. F. – No MinC. O COB, também, botou pouquíssimo dinheiro. E os patrocinadores também. Os patrocinadores não queriam gastar muito dinheiro na parte cultural.

V. F. – Por quê?

J. F. – Ah. Patrocinador sempre quer economizar. Quer reforçar sua marca com menos dinheiro possível. Então acabamos tendo menos dinheiro do que imaginávamos. Eu acho que foi mal negociado também, lá atrás. Porque quando você junta um pool você cria obrigações também. Todo mundo sabe que tem que ter programação cultural. Isso já é uma tradição das olimpíadas. Sabe que isso era importante para o Brasil. Mas aí acho que foi mal negociado lá atrás.

V. F. – Alguns de nossos entrevistados falaram que eles acreditam que a falta de investimento, de patrocinadores e tal nesse momento dialogava de alguma maneira com as manifestações de 2013 e com todas as críticas da população aos megaeventos, do tipo “queremos não sei quê padrão Fifa”, “não vai ter Copa”, “não vai ter Olimpíadas” e tal. O senhor acha que isso faz algum sentido?

J. F. – Olha. A atitude em relação à Olimpíada foi um pouco diferente da Copa. A Copa foi no auge desses protestos. Esses protestos decaíram. Tinha um resmungo contra esses grandes eventos. Um resmungo, eu acho, só parcialmente verdadeiro. Os grandes eventos, se bem utilizado e bem promovido e bem organizado, eles promovem as cidades, desenvolvem a economia. E o Rio de Janeiro precisa recuperar a sua grandeza de jóia da coroa mundial. É uma cidade que... Bom. Eu já conheço mais de quarenta países. Todos os lugares que eu fui, Rio de Janeiro é uma referência de beleza, de alegria, de povo hospitaleiro. A Bahia é menos, mas a Bahia, também, tem um pouco, por causa da música, por causa de Jorge Amado, por causa de Caetano, Gil, capoeira, africanidade e tal. Mas o Rio é fora de concurso total, assim como imagem. E decaiu um pouco. Acho que foi recuperado agora, recentemente. Não na Copa. Mesmo antes, o Rio começou de novo a ter uma atenção para a sua autoimagem, para sua... E acho que esses protestos... E tem uma visão errada de grandes eventos. Por que é que disputam tanto realizar esses grandes eventos? Será que é tão ruim assim? Que é um masoquismo? – “Ah. Não. A Irlanda não aceitou”. Se vocês forem na Irlanda vão ver o tamanho da Irlanda. Quem foi... outro país? Suécia também tirou a candidatura, porque... talvez porque soubesse que não iam ganhar ou talvez porque a Suécia não tem muita vocação de ser destino turístico. Eu morei lá sete anos. Só vai lá quem tem negócios. E o vento, que faz a curva lá e volta. Não tem muito... Então... O Brasil é outra inserção. Um país se afirmando. A única potência emergente no Ocidente. Bric, soberania, Lula como um líder mundial. Era a hora do Rio de Janeiro, mesmo, de botar a cabeça do lado de fora. Se foi bem feito, mal feito, aí é outra avaliação. Mas eu acho que essa crítica aos grandes eventos é uma coisa meio atávica, de gostar do pequeno, do amador. Não tem uma racionalidade estratégica, não. Ah. Gastar muito dinheiro. Mas entra dinheiro, também. São momentos que as cidades se recompõem, se atualizam. Barcelona é essa Barcelona bem-sucedida porque teve coragem de se colocar no mundo; inclusive porque eles precisavam criar uma marca catalã, independente da Espanha. E fizeram isso bem feito, muito bem feito. E foi a partir de uma olimpíada, e depois, de outros eventos. E eles acabaram se tornando um centro de visitação e de economia cultural fortíssimo. E, aqui, a gente tem muito mais potencialidade. Só que, aqui, tudo é medíocre, não se pensa na economia da cultura. Por exemplo, a música brasileira desde a década de 30 está no hit parade mundial. Nunca conseguimos ver como uma economia, economia da música. Não tem... Você fala, os caras ficam olhando, parecendo uma pedra defronte de você, porque não conseguem compreender. E são economias que têm um potencial de desenvolvimento muito maior do que... Eu estive na China uma vez, com o vice-presidente José Alencar. Não só eu. Tinha uns sete ministros com

ele. Fomos reunir com o primeiro-ministro, com o Parlamento, e eu pedi reuniões paralelas com quem cuida da cultura lá. Eles estão com planos de se tornar uma das três maiores economias culturais do mundo em dez anos. Em cinco, eles já são o quinto. E vão... Porque é um negócio ultra bem feito. Assim, disponibilizam recurso, têm coordenações, que vai do Ministério da Economia ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Ministério da Cultura, o Ministério da Indústria. A gente precisa... Porque parte da crise que a gente está vivendo é porque a gente vive de commodities agrícolas e minerais. A dependência da economia brasileira a essa área é muito grande, exagerada, para um país de duzentos e tantos milhões de habitantes. E não se fala em diversificar a economia, entrar em áreas de alto valor agregado. E a economia cultural está aí na nossa mão, espontaneamente acontece, então um grande evento desse pode ser articulado, o Brasil virar um articulador de uma economia latino-americana. Eu cheguei a propor isso, que a gente fizesse eventos para reforçar essa marca na América Latina, do Mercosul, da... ibero-americana, porque são marcas... Se somar todos os países ibero-americanos, ou seja, América Latina mais Espanha e Portugal, dá o terceiro mercado cultural do mundo. Se a gente botar a África... Já pensou, a gente tendo uma certa soberania sobre esse mercado, começar a disputar com o cinema americano, com o audiovisual americano? Isso são regras. Isso não cai do céu. Ninguém vai fazer para a gente. Se nós não fizermos, a gente vai continuar sendo receptor e consumidor do que é feito nos Estados Unidos e de outros países. Então, um grande evento não é um fato isolado, um grande evento é muito mais positivo para um país e para uma cidade quando ele está inserido numa visão estratégica. Aí, essa visão estratégica falta, no Brasil.

C. S. – E aí então, ministro, nesse momento das Olimpíadas, como é articulada essa visão estratégica, numa cidade que tem uma imagem muito forte, que ao mesmo tempo tem essa preocupação de dar conta culturalmente do Brasil? Como essas coisas se articulam?

J. F. – Você ia dizer alguma coisa?

V. F. – Pode... Fique à vontade para responder. É sobre a sua passagem.

J. F. – Está tudo ok?

V. F. – Mais ou menos. Bom... Você pode refazer a pergunta?

J. F. – Não. Eu me lembro. Pode deixar que eu...

V. F. – Não. É porque... É o seguinte. O senhor já fez o check-in de volta, então...

J. F. – Não.

V. F. – Está lá constando como se tivesse feito. A agência e o pessoal aqui da secretaria perguntou se o senhor poderia desfazer o check-in.

C. S. – Não é só dar o código e eles desfazem lá, não?

J. F. – A gente cuida disso depois. Está certo.

V. F. – Pode ser? Porque aí a gente consegue...

J. F. – Eu não me lembro de ter feito, não.

V. F. – Para remarcar para esse horário, assim, de nove horas mais ou menos, o voo que tem é nove e meia, no Galeão.

C. S. – Tarde e longe.

J. F. – Longe. Não. Aí não. Eu já vim pelo Galeão. Foi um...

V. F. – Veio pelo Galeão?

J. F. – Porque houve um problema.

V. F. – Ah. Porque eu tinha pedido para comprar Santos Dumont.

J. F. – Compraram Santos Dumont. Mas aí, o seguinte, a Avianca, unilateralmente, transformou em quarenta minutos antes. Eu cheguei, trinta e seis minutos, e eles, como estão impondo um novo horário, não admitiram que eu pegasse o avião. E o voo vazio. E eu não pude pegar, porque eles tinham me transferido...

V. F. – Está ótimo. Não fazemos nada com a passagem. A gente espera aqui, a gente resolve juntos, depois. É melhor.

– E não cancela o check-in.

J. F. – Não. Antes de ter a outra alternativa, não. Senão eu fico no ar, com a brocha na mão. [risos]

C. S. – Um pássaro na mão, dois voando...

J. F. – É.

C. S. – Podemos ir? Repito a pergunta?

J. F. – Repita.

C. S. – Então. Estávamos conversando justamente sobre esse lugar estratégico dos grandes eventos para a indústria da cultura do país. E eu estava lhe perguntando justamente, tendo em vista as Olimpíadas, que acontecem numa determinada cidade, como o senhor comentou, uma cidade que tem uma imagem muito forte, e...

J. F. – Tem uma infraestrutura acolhedora.

C. S. – Também. E, ao mesmo tempo, a necessidade de contemplar a cultura do país, nesse momento, de uma forma estratégica, para impulsionar essa indústria da cultura. Então, eu estava lhe perguntando qual foi a visão estratégica aí, nesse momento de articulação dessa imagem do Brasil e imagem da cidade, como isso foi pensado, na formulação dessa programação?

J. F. – Olha. Essa visão estratégica, eu fico pregando no deserto. As empresas só pensam no seu negócio. Não têm um espírito de criar setores, corporações, criar um mercado cultural brasileiro, criar um mercado latino-americano. Isso é pouco desenvolvido. E o governo nem entra nesse departamento. O que existe de economia para o governo são as economias tradicionais, já existentes. A gente, depois de muito proselitismo dentro do governo desde 2003, conseguimos, através do IBGE e do Ipea, mostrar de que já é uma parte considerável do PIB brasileiro, já é produzido pela própria cultura. Mas isso não tem desdobramento em ver o potencial de crescimento, que investimento precisaria ser feito. Por exemplo, estão deslumbrados, porque o cinema está superavitário, depois desses anos de política, que é relativamente curto, para sair de menos de dez filmes/ano para cento e cinquenta, conquistar uma parte do mercado brasileiro; mas tem o mercado latino-americano, tem... Só para você ter uma ideia. Uma vez, eu estava numa reunião –, quando eu era ainda ministro – 2010 – ministro de Lula –, no Chile. Aí disse: “Vai ter um almoço com a presidenta, ela quer que você sente na mesa dela”. Ótimo. Aí sentei. Fala português perfeito, sem sotaque. Me disse que aprendeu para cantar as músicas de Chico Buarque e Caetano, Gil. Por que ela queria que eu sentasse? Ela disse o seguinte: “O Chile tem uma tradição cinematográfica muito forte. Grandes cineastas. Mas nós somos um país de... acho que é treze milhões de habitantes. Nós não temos condições, não temos mercado interno para sustentar a produção, o desenvolvimento da nossa produção. E o Brasil podia liderar a formação de um mercado latino-americano ou no Mercosul. Não faz isso. Os argentinos criaram um sistema – isso tudo ela dizendo – conectado com as televisões europeias, através de um convênio com a Espanha, que é da comunidade europeia, eles criaram um sistema, o cinema argentino já começa quase pago, por causa desse sistema econômico que eles montaram”. Ela disse: “E vocês não têm nada”. Aí eu disse: “O que a senhora está dizendo é música no meu ouvido, porque é o que eu digo lá dentro”. Aí falei de uma porção de coisa. Que eu não gosto muito da hiperexaltação de pequenas iniciativas simbólicas de articulação com outros países, os cineastas não gostam e as pessoas que trabalham com cinema não gostam que diga isso. Mas, falta escala, falta ideia de mercado, falta ideia de estratégia. Então, não tem. Eu estou falando de cinema, mas se pegar qualquer área, não tem. A música vai espontaneamente, fruto do esforço... da qualidade da música que é produzida aqui, da aceitação dessa música no mundo inteiro, do esforço dos artistas e dos seus empresários, individuais. Morreu aí. Não tem mais nenhuma iniciativa, no sentido de disponibilizar a música brasileira para o mercado



mundial, não tem. Os governos são zero. Quando eu trabalhei na Segib, eu propus internamente, foi aprovado... A Segib [Secretaria Geral Ibero-americana] é quem organiza esses encontros dos chefes de Estado e de governo ibero-americanos. Eu propus: “Vamos apresentar uma moção no sentido de criar um mercado cultural latino-americano”. Mercados culturais, porque tem o mercado da música, tem o mercado do cinema e audiovisual, tem o mercado disso, daquilo. Foi aprovado por unanimidade. Duas vezes, porque foi aprovado... eu me esqueço o nome da cidade espanhola onde aconteceu a reunião. Depois, no Panamá, dois anos depois, de novo, a mesma moção que eu redigi foi aprovada, de criar um mercado ibero-americano; e ainda acrescentaram “com ramificações pela África de língua portuguesa”. Mas não tem... Morre aí na moção. Fica todo mundo contente, a moção... E no Brasil, o Estado brasileiro é resistente, essa secundarização da cultura acaba funcionando como um empecilho de pensarem como uma grande economia possível. É a terceira economia americana, está entre as três, também, na Inglaterra, na França. E nesse encontro que eu me referi, na China, que eu fiquei boquiaberto com o investimento que eles estão fazendo para se tornarem... o cinema, audiovisual, games, cinema de animação, eles querem ir para, no mínimo, quinto lugar. E já chegaram ao quinto lugar. Agora estão querendo ir para o terceiro. É um investimento bem racional. Investe em infraestrutura, investe em softwares, investe... O chefe lá do Conselho Econômico e Social [da ONU] me disse assim: “A parte de hardware, nós já temos uma infraestrutura instalada na China. Todas as grandes empresas produzem aqui. A parte de software, nós somos muito fracos. Nós contratamos cem indianos – ele aí deu uma risadinha, aquela risadinha chinesa, botou a mão na boca e disse: “eles são tão baratos. São os melhores do mundo, mas são tão baratos”. Eles criaram um núcleo de desenvolvimento de uma indústria de software. E ele disse: “Olha. Aquele que pega o rosto de uma pessoa transforma num cachorro, uma mulher num menino... aquilo os americanos só disponibilizaram para o mercado internacional dois anos depois”. Ou seja, não havia mais ineditismo no uso daquele software. Ele disse: “Se nós queremos nos tornar um dos primeiros, a gente tem que desenvolver esse software também, ter a nossa capacidade de desenvolver a infraestrutura também”. Pegaram uma... acho que era trinta por cento dos alunos das escolas de belas artes na China, passaram a ser os artistas que vão trabalhar a imagem do cinema e do audiovisual e do game chinês. Criaram um sistema de bolsas, tipo esse que o Brasil tem em geral, para estudarem e completarem sua formação nos países mais desenvolvidos na área de cinema e audiovisual, os Estados Unidos, o Japão, Canadá, Inglaterra. Ou seja, é uma política industrial, mesmo, de desenvolvimento. A gente não tem nada disso. É zero. Zero. E você conversa, os caras ficam olhando para você com a cara de bobo, e não tem repercussão. Aquele ministro do Lula do MDIC, eu esqueço agora o nome dele, ele ficou interessado, queria criar uma comissão junto comigo, mas não... O Brasil não acordou ainda para diversificar sua economia, então, o seguinte, quando as commodities estão lá em cima, o Brasil... céu de brigadeiro; quando as commodities caem, crise, golpe de Estado, culpabiliza o governante de plantão; mas, na verdade, a gente não tem para onde correr. A soja caiu, o minério de ferro caiu, todas as commodities que a gente produz caíram de preço, por causa da crise econômica da China. Mas a indústria cultural não caiu, no mundo. Então, por que não diversifica essa economia? Por que não pega parte dessa reserva que foi criada e investe na criação de uma economia, não é desenvolvimento de uma economia existente, na criação de uma economia, como os chineses estão fazendo, como a África do Sul está fazendo também. Então eu... quando você pergunta de planejamento estratégico, eu digo: o planejamento é tático, é coisa por coisa. A Olimpíada é um fato em si, desconectado de uma visão mais de longo prazo.

V. F. – Aproveitando essa deixa das Olimpíadas. O senhor comentou um pouco dessa relação com os estados e tal. Do ponto de vista da gestão dessa programação cultural, a gente sabe que tinha aí o José Mauro, a Daniele, o Adriano costurando e formatando essa programação; mas como era essa conversa com as secretarias aqui no Rio, a estadual, a municipal?

J. F. – Eram frequentes as reuniões, as conversas. Quando nós fomos convocados já tinha um esboço de programação, feito sob a coordenação da Carla Camurati, foi aproveitado e foi ampliado, com essa dinâmica de representação do Brasil inteiro, povos indígenas, cultura tradicional, cultura contemporânea, a ocupação dos espaços fechados e abertos. Eu sinto que houve uma certa harmonia. Claro, tem uma área de disputa. O Rio quer um pouquinho mais de presença do Rio e tal. Mas não houve nenhum cerceamento do Rio fazer tudo que quisesse. Houve a necessidade de incorporação de outros produtos culturais no momento. Eu participei só do início, e no final, para aprovação da programação final. Eu não era da linha de frente da constituição disso no dia a dia. Aí, quando você entrevistar o Adriano, ele pode falar um pouco, porque ele... os outros dois eram mais especialistas da programação em si e ele era mais o articular junto ao COB, junto à Secretaria estadual, municipal. Ele que nos representava nisso.

V. F. – Tinha outro ente aí, importante, nessa... Importante no sentido de que foi criado para articular os diversos governos, as diversas instituições, os atores nos jogos olímpicos, que é a Autoridade Pública Olímpica. Como era essa relação?

J. F. – É. Excelente. Aquele coordenador, que era o ministro do Esporte, se eu não me engano...

V. F. – O Leyser? [Ricardo]

J. F. – É. Era muito aberto, tinha uma visão cultural também, nos apoiava em todas as demandas, inclusive orçamentárias.

V. F. – Mas o Leyser era do Ministério do Esporte, não da APO.

J. F. – É isso. Mas ele dialogava com a gente. Ele era o coordenador. Porque olimpíada é um...

V. F. – Do Geo-Olimpíadas, aquele grupo executivo.

J. F. – É um ato esportivo que tem uma conotação cultural. A gente compreendia isso. Não era roubar a cena. Eles trabalhavam muito a ideia de que eram os jogos nas quadras, nos campos, nos tatames que era a grande atração. Aí dentro, eles... Até eu, pessoalmente, não valorizei muito. Pequenas inserções culturais e tal, que acabaram acontecendo. Eu, de casa, vi alguns assim, em intervalos, para manter o pessoal distraído e tal e poder manter os canais ligados. E é também uma vitrinezinha. Ele entendeu perfeitamente essa articulação. Entendeu de que as pessoas estavam aqui na cidade, precisando ter programação. Muita gente. Era até uma questão de segurança. A Abin percebeu que aumentava a possibilidade de oferecer segurança se houvessem locais determinados de concentração de pessoas. Então, assim, a aceitação foi total. E a qualidade do que foi planejado também. Eu não... O único conflito que teve foi alguém falou com a presidenta que era melhor concentrar tudo na Casa Brasil, que é uma ideia de economia de tostão. Mas não... nem prosperou essa ideia. Quando eu mostrei os números, só de estrangeiros, quinhentos mil, mais o mesmo tanto está sendo esperado do resto do Brasil, quantos cariocas vão estar acompanhando? Você faz um... Aí, esquece, ninguém falou isso.

V. F. – Em relação a essa curadoria, essa coordenação, organização da programação cultural, em algum momento, houve algum melindre em relação ao fato de o MinC tomar para si esse processo de organizador disso?

J. F. – Se houve, não foi registrado. Porque também tem isso. Às vezes tem um melindre, você não registra. Eu não me lembro de ter tido. Inicialmente, quando tinha a programação da Carla, eu mesmo disse: vamos considerar o máximo possível da Carla. Não precisa atropelar ninguém. Não precisa. Só precisar ampliar. Isso sim. Mas eu não me lembro dela ter resistido. A Eva sempre se... a secretária estadual, que não tinha muita interferência, na verdade, era mais o município aqui que tinha, a presença mais exuberante era do município. O Calero, também, nunca colocou nenhuma dificuldade. Eu não me lembro de ter tido alguma dificuldade.

V. F. – Havia uma certa convergência, então, no sentido...

J. F. – Havia. E eu, como eu trouxe o melhor cara do Brasil, todo mundo sabe disso... O cara é ultra bem-sucedido. Diálogo com públicos que você não imagina. Aquele negócio de

jovem, velho, funqueiro, é muito complexo a maneira com que ele estrutura a programação, descobrindo grupos de interesse por segmentos da cultura. Mas segmento no sentido mais... assim... detalhado do que vem a ser isso.

V. F. – E do ponto de vista das autarquias, das fundações ligadas ao MinC, todas elas aderiram a essa?...

J. F. – Aderiram. A gente conseguiu um dinheirinho para os museus fazerem suas programações. Sempre insuficiente. Aquilo que eu disse lá no início me poupa de ficar dizendo toda hora, mas... Mas conseguimos. Havia um entusiasmo enorme. Aumentou a articulação entre os museus no Brasil, privados e públicos, que queriam vir para cá, queriam se apresentar; e o Ministério da Cultura não só disponibilizando seus museus como articulando essas presenças. Foi muito bom isso. A área de museu, eu acompanhei duas ou três reuniões... Mas não foi só museus, não. As secretarias estaduais e municipais também. E o Ministério meio que coordenando isso. Funcionou bem. O Adriano é habilidoso, o José Mauro é um craque assim de não... Você sai de casa com vontade de ter um aresta com José Mauro, você volta para casa e não consegue, porque ele ouve muito, ele aceita muito, ele pondera. E como conhece programação de eventos públicos, ele é muito convincente. A menina, eu não tenho muita experiência. Por isso que eu... Daniela?

V. F. – Daniele.

J. F. – Daniele. Eu esqueço um pouco o nome dela, porque eu tive pouco contato, mas dizem que ela é uma boa produtora aqui, local.

V. F. – É a secretária executiva, atualmente, da Secretaria de Cultura do município.

J. F. – É. Pessoa... Os três do ramo, dois excelentes em programação e uma pessoa mais de coordenação. Eu acho que funcionou bem. Eu não me lembro de ter ouvido... Eu estive algumas vezes com Nuzman, coordenador do COB, presidente do COB, ele me disse: “Parabéns. Que turma boa essa de vocês. Até quem não via muita importância na programação cultural estava começando a descobrir”. Aí eu disse: “Menos os patrocinadores”. Ele disse: “Não. Isso sempre é difícil”. [riso]

V. F. – E o próprio Comitê Executivo, que a gente já conversou sobre ele, ele foi criado em dezembro de 2015, nesse momento faltavam uns oito meses para os jogos...

J. F. – É. Tudo muito em cima.

J. F. – Na sua perspectiva, estava a tempo de fazer isso? Ou era necessário fazer antes?

J. F. – Era necessário fazer antes. Eu acho até que uma vez aprovado, lá atrás, quando aquela festa com o presidente Lula e Pelé e... Onde foi o lugar? Foi na Suíça?

C. S. – Suíça, sim.

J. F. – Tinha que ter começado ali. Tinha que ter começado ali. Mas é um... Aquela coisa que eu disse. O Estado brasileiro precisa ganhar mais eficiência e eficácia. E a empresa privada também, porque parte da responsabilidade é do COB, parte da responsabilidade é das empresas patrocinadoras, que se amarravam para definir quanto iam botar o dinheiro. Tem toda uma dificuldade, que é... Olhe. Na organização do Ano do Brasil na França, eu morria de vergonha, porque eu morei na Europa e sei que os europeus trabalham com muita antecedência. É uma cultura deles. Por exemplo, o cara acabou de voltar de umas férias, começam a escolher e definir as férias do próximo ano. Data, chegam ao ponto que sabem os restaurantes que vão comer, a comida, quantas calorias tem. É impressionante. Tira até um certo... surpresa, que umas férias têm que ter. Sabem tudo. Já sabem umas palavrinhas da língua do lugar que vão e tal. Isso é no plano individual. No plano coletivo, nem se fala, as empresas têm plano estratégico, os governos também têm, de longo prazo, de médio e de curto; e quando se comprometem com um evento, eles definem o tempo necessário para chegarem ao máximo. Aqui no Brasil é tudo... A gente gosta muito de improvisar, gosta muito de... Desenvolveu até uma capacidade de improvisação grande, assim, no país. Mas é um mérito relativo. Só isso. Porque na verdade é abrir mão de usar o tempo favoravelmente a uma qualidade de produtos, de serviços, de atuação. Então... O tempo

que nos deram foi esse. Não dá nem para discutir, porque o tempo não volta atrás, então não adianta você estar – ah, devia ter começado... É esse o tempo, então vamos fazer o melhor possível dentro desse tempo. Mas evidente que deviam ter já, inclusive reservado dinheiro. Trabalhar como se deve trabalhar.

V. F. – E dentro do MinC, da cultura de modo geral, a criação desse comitê executivo em dezembro de 2015, era possível ter criado antes? Como o senhor vê esse processo?

J. F. – Poderia. Claro. Se havia a intenção de fazer parte da Olimpíada, participando ou coordenando a programação cultural, é evidente que, também, tinha que ter tido, lá atrás. Agora eu acho que faltou sinalização de que o Ministério ia coordenar.

V. F. – Quando? Já na sua gestão?

J. F. – Quando definiram já tinha... Foi mais ou menos nessa data aí que você sinalizou do início do trabalho. A gente pressionando: precisa definir, a gente quer participar, a gente quer coordenar. Nós temos a capacidade de coordenar e criar uma programação que reflita de fato o potencial máximo. Ah... bebebé, não sei o quê... Aí, quando definiram, foi isso aí.

V. F. – E quem estava coordenando antes?

J. F. – Eu acho que deixaram para a última coisa a parte cultural. Acho que não tinha... A abertura... por isso que, quando a gente chegou, já estava definida. A abertura e a finalização.

V. F. – Isso era do ponto de vista do Comitê 2016.

J. F. – É isso. O resto, para eles, não era visível. Apesar de todas as cidades que fizeram tinham programação cultural. Mas é que o pessoal sente um gosto em descobrir o que já está descoberto, descobrir a roda. Demora para chegar à conclusão de que vai ser preciso programação cultural. Eu tenho certeza que no planejamento, se é que apareceu, foi aquele tipo de coisa que não teve nenhuma iniciativa. Eu tenho certeza. Não conheço [o que] fizeram nesse plano da coordenação da Olimpíada, mas, pelo andar da carruagem dos primeiros meses, quando eu assumi, tenho certeza de que eles não tinham pensado ainda no assunto.

V. F. – É. Pelas nossas pesquisas, a cultura aparece já na candidatura.

J. F. – É. É isso.

V. F. – Mas ela não se estrutura.

J. F. – É. É isso. Você definiu bem. É como tratam a cultura. É um pouco isso. Volta e meia me ligam: “a gente está precisando de não sei quantos artistas...”. Eu disse: “Olhe. Eu não tenho um quintal cheio de artistas pastando, que eu chego lá, dou um tapinha na... “Vamos trabalhar. Estão demandando aí”. Não é assim que funciona. Não existe isso. É uma ideia meio de uma coisa espontânea, meio baseado na intuição. A visão que o Brasil tem da arte e da cultura é a mais precária, idealizada e romântica possível. E isso reflete nessas horas. “Não. Juca dá um jeito”. “Não. Quando a gente...” Aí vai... Aí, quando está em cima... Isso, também, na ação política. “Ah. A gente precisa para amanhã”. Não. Eu não sou dono, não tenho essa função e não tenho um quintal... Eu criei essa imagem de artistas pastando num quintal. Chego lá, bato na corcova: “Ei! Vamos trabalhar, irmão! Estão demandando aí trinta de vocês”. Não é assim que funciona. Não existe isso, não. Mas a mentalidade é algo parecido com isso. Se não é pastando é sentado numa cadeira, esperando eles convocarem, porque não sabem o que é o processo de construção de um evento cultural; o processo de mobilização de escolha e depois mobilização dos artistas certos; como é esse processo de escolha, como harmonizar espaço fechado, espaço aberto, museus, centros culturais, teatros, não passa na cabeça, não têm ideia. E não respeitam. Você pode não ter ideia mas dizer: “pô, esse negócio deve ser complicado; vou chamar o cara que entende, para ver o tempo necessário”. Então, eles devem ter se concentrado na parte especificamente esportiva, nos eventos esportivos, na segurança, quatro, cinco, seis, sete camadas, mas não chegaram até a cultura. Tenho certeza absoluta. Não vi a programação, não tive contato, não sei o que... até que ponto chegaram, mas tenho certeza que não entrou na parte prática.

V. F. – E mesmo o Comitê Executivo, durante esse processo nosso de pesquisa, apareceu em algumas entrevistas a ideia, pelo menos a percepção de que o próprio Comitê Executivo teria perdido força. Começou muito forte, e ele vai se esvaziando. O senhor percebe dessa maneira?

J. F. – Não deu, de onde eu estava, não deu para perceber, não. Porque a gente estava chegando, então a gente não tinha um parâmetro para saber se estava diminuindo ou aumentando. A ansiedade foi aumentando. E cada dia que se aproximava, os caras querendo...

V. F. – Mas esse comitê executivo criado já na sua gestão, em dezembro de 2015, que de dezembro já para o... vamos dizer assim, para abril, março, abril, enfim, quase já às vésperas do afastamento da presidenta Dilma, que nesse período curto, ele... ele começou forte, e começa a se esvaziar. Isso foi a leitura, pelo menos, que algumas pessoas tiveram. Talvez não represente a sua percepção.

J. F. – Eu não tenho condições de dizer isso. O que eu sentia é o seguinte. A gente tinha um trabalho do Ministério, tinha um trabalho de articulação do Ministério com as instâncias – COB e esses comitês todos, tinha outra instância de articulação, que tinha relação com esse nível, com os estados e municípios principalmente com o município do Rio de Janeiro e com o estado, e com a Presidência. Ainda tinha essa instância também. Mas... Se houve um decréscimo? Não. Eu não... A gente... Pelo contrário. Quando vai se aproximando, que eles vão vendo de que precisa ter uma programação cultural, aí a ansiedade das demandas aumentou. Então a minha sensação, que eu tinha até você dizer isso, é que tinha aumentado as demandas e... Agora dentro dessa secundariedade que eu disse, que é estrutural; e no caso da Olimpíada, é um evento esportivo, então tinha uma hierarquia de prioridade natural.

V. F. – Durante esse processo de costura, os outros entes do próprio governo federal, por exemplo, o Ministério do Esporte, a Casa Civil...

J. F. – O ministro sempre foi muito atento. Ele me ligou várias vezes. Que era o coordenador-geral. Ele me ligava várias vezes, sempre muito simpático. Eu achei um conhecedor de detalhes. Ele não era daqueles que ficam voando, não. Sabia de tudo. Eu puxava os fios, ele... E ele concordando. “Precisamos fortalecer a programação cultural. Os caras não têm noção da importância para o Brasil de ter uma boa programação cultural” e tal. Então, ele foi o que eu tive mais contato. O Nuzman, também, sempre muito receptivo. O Nuzman é um diplomata assim. Acho que até talvez ele seja diplomata mesmo. Mas tem todo o comportamento diplomático. Sempre muito elogioso ao trabalho. Ficou bem impressionado com o José Mauro e com o Adriano e com a menina. Eu só recebi esse lado mais... Eu é que ficava demandando decisões mais rápidas, recursos, acesso a certas reuniões com patrocinadores e... Porque o pessoal trazia e eu vocalizava, representando as ansiedades de quem estava fazendo a programação.

V. F. – A gente teve oportunidade de entrevistar o ministro Ricardo Leyser. Ele falou um pouco dessa vontade de articular esses processos todos.

J. F. – É. Ele me pareceu... E ele gozava da confiança lá da... tanto da presidenta quanto do COB.

V. F. – E tirando o Ministério do Esporte e o ministro Leyser, alguma outra esfera do governo, a presidenta Dilma perguntava sobre a programação cultural?

J. F. – É. Perguntava assim, em geral, aquelas conversas mais genéricas, ela perguntava: “E aí, está indo bem? Olhe lá, hein. Me apresente uma coisa de qualidade”. Eu disse: “Espera aí, presidenta, calma. Eu já apresentei alguma coisa que não fosse de qualidade?” Eu ficava assim, nisso aí. Mas na reunião de definição, como era de se esperar, ela muito presente, muito incisiva, com todos os aspectos. Se você vai para uma reunião com Dilma, vá bem preparado, porque ela se prepara. Ela conhecia os detalhes. O comentário dela de que devia concentrar dentro da Casa Brasil já refletiu... alguém soprou isso para ela, mas já refletiu o nível de conhecimento, de que eu ia apresentar uma coisa... Mas isso não demorou três minutos, porque eu fui muito incisivo, no sentido de dizer que aquilo era uma bobagem, porque não tinha condições de sustentar uma

programação cultural num espaço... com pelo menos um milhão e meio, fazendo um cálculo... Já tem um cálculo de quantas pessoas, de alguma maneira, participaram?

V. F. – Tem. Tem o cálculo. E a gente tem esse número. Mas eu não tenho agora, de imediato, na minha cabeça. Mas eu posso lhe passar, se tiver interesse.

J. F. – Não. É um interesse aqui, só da conversa.

V. F. – É. [riso]

J. F. – Mas... Eu tenho muita coisa para me preocupar nesse momento.

V. F. – É. Imagino.

J. F. – Mas de qualquer jeito, não cabia ali dentro. Mas não demorou dois minutos, ela percebeu que eu tinha toda razão e que as consequências positivas... Eu não senti, assim, nenhuma dificuldade dessa, com nenhuma instância, nem no governo. Só de dinheiro, que a essa altura, a presidenta pressionada, ameaçada... aí, cada tostão dentro governo era... muito difícil. Até o uso orçamentário nosso, os cortes, contingenciamentos. Paralelo a tudo isso, a gente já estava vivendo uma crise, onde estavam apertando o cerco para tirá-la do governo. Isso, também, dava para sentir.

V. F. – Depois, a gente queria até conversar, com mais detalhamento desse esse processo da crise política e econômica. Eu queria entrar na Maratona Cultural. Mas eu queria saber se a gente tem tempo.

C. S. – São cinco para o meio-dia.

V. F. – Então, a gente tem, pode...

J. F. – Vamos lá. Até meio-dia e meia.

V. F. – Nina, você ajuda a gente com a questão do horário? Bom. Então, Maratona Cultural. Antes mesmo da criação do Comitê Executivo, em agosto de 2015, ou seja, um ano antes das Olimpíadas acontecerem de fato, o Ministério junto com a Secretaria Municipal de Cultura organizaram a Maratona Cultural aqui no Rio.

J. F. – Era um pouco um ensaio.

V. F. – Isso. Como surgiu a ideia de criar essa maratona?

J. F. – Eu nem me lembro.

V. F. – Não lembra.

J. F. – Não. Não me lembro.

C. S. – Mas tinha um pouco essa intenção de ser um ensaio.

J. F. – É, tinha. Um ensaio. Ver os problemas de uma programação cultural diversa, e uma articulação, também. Me pareceu que foi positivo, para o objetivo.

V. F. – A avaliação que o senhor tem na cabeça...

J. F. – Ah. Sim. Agora, começa a vir... Foi nessas reuniões de coordenação, nas primeiras, alguém lá, porque já veio... teve a ideia de fazer esse ensaio para... como tinha ensaios, também, de... todos os eventos tinha ensaios, ensaios de segurança, ensaios disso, daquilo. Funcionou como um ensaio mesmo. E eu me lembro que veio de lá, o Adriano trazendo. Não sei se foi ele que teve a ideia, se foi a secretária estadual, ou municipal, ou se foi alguém do COB, ou foi apenas uma expansão de uma ideia da necessidade dos ensaios para que tudo desse certo quando fosse para valer. Eu não me lembro.

V. F. – Foram dois dias. Cerca de sessenta e cinco artistas, assim, coletivos e tal. Foi bem diverso.

J. F. – É. Foi. Foi uma pilulazinha, para a gente experimentar o que seria.

V. F. – E os comentários? O senhor lembra dos comentários que o senhor ouviu sobre as outras instituições, outros atores, sobre esse processo?

J. F. – Não. Não me lembro de ter tido nenhuma crítica, nenhuma...

V. F. – Bom...

J. F. – É possível que os que estavam à frente possam... “é melhor melhorar isso; cuidado, esse local não é conveniente...” Eu me lembro que um... Tínhamos a ideia de ter... Chegaram lá

à ideia de ter dois espaços para grandes eventos de rua. Depois da Maratona, não sei se tem a ver com a Maratona, mas foi depois, evoluímos para um. Então eu não sei se isso foi reflexo de alguma avaliação, se a Maratona indicou isso... Essa parte não dá para acompanhar, não, porque eu tenho um milhão, novecentos e trinta e sete coisas para fazer ao mesmo tempo.

V. F. – Mas a gente pergunta mesmo assim. Vai que... [riso] o senhor lembra.

J. F. – Vai que o cara... É. Como eu trabalho compartilhando, toda segunda-feira, eu tinha reunião, no Ministério, de compartilhamento. Todos os setores, dentro de uma programação e de uma agenda, apresentam o seu... O pessoal que trabalhava com a Olimpíada, eles apresentaram, várias vezes. O Adriano, principalmente; mas a partir de um certo momento, começou o José Mauro, e a menina foi também, me parece, em alguma... A Daniele.

V. F. – Daniele. Isso.

J. F. – É. Então... Aí, “vá lá, se vire, irmão, a gente já definiu o que é que tem que ser feito”.

V. F. – E do ponto de vista da conceituação dessa programação, que talvez seja mais do que esse dia a dia da programação, que é uma coisa que passe mais pelo seu radar...

J. F. – É. Não. Aí eu... A definição, por exemplo, o Rio de Janeiro tem prioridade, mas tem que incorporar o Brasil, porque é o momento privilegiado de exposição da arte e da cultura brasileira para um plano mundial. É o evento que tem o maior público no mundo. Mais do que Copa do Mundo. Muito mais do que Copa do Mundo. Entao, é um momento especial, mesmo que não sejam transmitidos os eventos culturais, mas as pessoas que estão aqui, de alguma maneira... e o cruzamento da cultura como evento funciona bem, é um bom instrumento de divulgação, de promoção da arte e da cultura brasileira. A necessidade de integração, a necessidade de incorporar os povos indígenas, que já tinham me demandado na olimpíada dos povos indígenas, os organizadores disseram: “Olha. A gente quer estar presente na...” Eu digo: “Olha. Programação esportiva, eu não tenho condições de... Mas garanto para vocês que vocês vão ter espaços especiais para se... Comecem a se coordenar”. Porque tem muita disputa, também, no mundo indígena. Falamos com o Museu do Índio, aqui no Rio, eles foram parceiros. O que mais? A programação com os estados. Volta e meia um governador me ligava: “Eu quero que meu estado tenha...” – “Vamos. Você entra com quanto, eu entro com quanto?” Então, além da parte da programação, tinha, também, essas iniciativas. O que mais? Artistas também. Eu dizia: “Não adianta mandar para mim. Manda para lá, para o grupo, Adriano, José Mauro, porque eles é que estão compatibilizando a programação com as demandas, a partir de recursos, a partir dos espaços que têm”. A definição de ocupação de espaço fechado, aberto, programação para todas as faixas etárias, programação de todas as ordens, tudo isso era discutido em geral. A partir de um certo momento, eles vão à luta e montam os seus...

V. F. – E nesse ideia de... Tem a questão do Rio de Janeiro, da cidade e do estado, e essa ideia de mostrar o Brasil. Que imagem do Brasil é essa que o senhor pensava, no Ministério?

J. F. – A gente não... No Ministério, a gente respeita muito, a gente não acha que a gente tem que construir uma narrativa oficial sobre a cultura brasileira, selecionando o que é bom, o que não é. Eu sempre tive muito cuidado com isso, porque, por melhor que seja essa narrativa, ela é parcial e ela induz um pouco, a partir do Estado, que eu acho que o Estado não tem direito de fazer isso. O Estado pode até ter... o governo, na administração do Estado, pode até ter seus interesses mas... ao tratar a cultura brasileira, então... É aproveitar o fluxo de lá para cá e gerar um processo de planejamento que seja capaz de dar conta dessa riqueza, dessa diversidade da qualidade da arte brasileira. Por exemplo, nas artes plásticas, tem arte contemporânea, tem arte moderna, tem os artistas outsiders, que têm um trabalho próprio, muitas vezes dentro da linguagem tradicional, às vezes dentro... Então, tudo isso, a harmonização disso não é fácil. Por isso que eu pensei logo no José Mauro, porque ele tem uma cabeça assim, democrática, de... sabe que segmentos gostam de determinadas coisas, outro segmento gosta de determinadas coisas. Então... E tem um trabalho técnico de ir harmonizando isso, gerando resultados que...

Porque se você fizer uma programação errada esvazia os espaços, gera conflitos. Teve um Rock in Rio que errou, botou no mesmo palco Carlinhos Brown e um grupo heavy metal.

V. F. – É. Guns N’ Roses. Eu estava lá.

J. F. – Estava lá? Tomou lata de cerveja.

V. F. – É. Garrafa d’água.

J. F. – Outro dia Carlinhos me contou essa história. Ele disse: “Eu sabia que não ia dar certo, que aquele não era nosso público”. Então, esse tipo de coisa, isso exige um conhecimento e uma disponibilização, não de impor, mas de aceitar as segmentações, que são construídas diariamente. Às vezes, a indústria cultural quer fazer uma segmentação que não dá certo. E o Estado, menos capacidade ainda de... E nem é bom. Então, essa harmonização... Por isso que passa por muitos processos de maturação, para você chegar a uma programação, os tipos de eventos. Isso, já existe tecnologia. Eu não sou dessa ponta de programação. Eu sei quem faz bem feito. Tem muita gente trabalhando para o mercado. Para a área pública tem poucos, assim, que são contemporâneos, ágeis, que conhecem. Tem um cara na Bahia que em termos de música... Jorge Alfredo. Ele é músico, já teve banda e tudo, hoje é programador cultural. Eu fico impressionado como ele... assim, não é que conhece a obra de um determinado grupo cultural, ele conhece as músicas, sabe a hora de botar na programação. Então é... Tem uma tecnologia de espetáculo, de show, de evento. O Brasil tem pessoas geniais nisso, mas não tem uma tecnologia sistematizada, não tem. Na evolução da gestão cultural pública e privada, vai chegar o momento que a gente vai sentir necessidade de ter um pouco disso teorizado, sistematizado, para que possa... a partir de uma base técnica, você... Não ficar só na genialidade das pessoas.

V. F. – Quando a gente fala desse movimento olímpico, dos jogos, das olimpíadas, na verdade, a gente acaba falando olimpíadas, mas a gente está falando das Olimpíadas e das Paraolimpíadas.

J. F. – É. Das duas.

V. F. – E aí pensando na especificidade das Paraolimpíadas. Essa especificidade, ela foi pensada, ela se viu refletida?

J. F. – Ah. Foi bom até você lembrar isso. Foi. Eu, por exemplo, fui homenageado num show do maestro... Como é o nome daquele maestro que tem uma dificuldade com as mãos, que sofreu um acidente?

C. S. – É... Brasil... Não. João Carlos...

J. F. – João Carlos Martins.

C. S. – É Martins ou Brasil?

V. F. – Não é Brasil, não. Acho que é Martins.

J. F. – É Martins. Pois é. Eu tive a ideia de ele fazer parte da abertura da paraolimpíada, porque... Propus, ele ficou... Primeiro, ele é um ícone mundial com essa coisa de superação. E tem uma televisão em Nova York que fez, um ano, dois anos atrás, um programa com ele, como ícone mundial de... E é, de fato. E a paraolimpíada, de alguma maneira, é, no plano do esporte, o que ele significa no plano... Aconteceu. Esse eu sei que aconteceu. Ele regeu orquestra, em algum momento do... Mas tinha essa ideia da especificidade, procurar... Tem muito artista portador de deficiência na área de dança, de teatro. Esses espetáculos, também, foram... Inclusive, para não ficar uma coisa muito rigorosamente separada, na programação cultural da olimpíada já tinha um pouco desse elemento, que, quando passou para a paraolimpíada, se ressaltou.

V. F. – E do ponto de vista dos equipamentos? Dos museus, dos centros culturais e...

J. F. – Não estamos preparados para a acessibilidade. Isso foi um dos balanços que foram feitos. É que precisa melhor muito, no Brasil, a rua, os estádios, os teatros, os museus são muito deficitários de acessibilidade. Os hospitais, as escolas. O Brasil está descobrindo esse tema acho que tem uma década, e ainda não temos um padrão que possa ser... Nos planejamentos urbanos, nas construções de edificações públicas, falta muito ainda.



V. F. – Mas, nessa concepção, havia no mínimo o desejo de aproveitar esse evento para tentar aprimorar esses equipamentos nesse sentido, do ponto de vista da acessibilidade?

J. F. – Sim. Alguns foram, até, eu sei que adaptaram em alguns lugares, porque senão não poderia nem acontecer os eventos, pelos personagens principais, os atletas, e... Agora, eu não tenho condições de avaliar o resultado, assim, se teve de fato... Vai aumentando a consciência, isso eu percebo, de que a gente é deficitário na adaptação dos equipamentos e do mobiliário urbano, para os deficientes terem acesso pleno e poderem participar da vida social, da vida esportiva, cultural. Agora... eu não me lembro de ter visto ninguém fazendo balanço disso.

V. F. – E pensando um pouco nessas propostas da programação cultural do Comitê Rio 2016, com a Carla Camurati à frente. A Carla Camurati tinha uma série de propostas, de desenhos, e que... ela identifica, e a gente percebe na pesquisa, que falou verba, faltou dinheiro. E aí, em determinado momento, há a solicitação de que esses projetos sejam acolhidos via Lei Rouanet. O que, pelo que a gente mapeou, teve toda uma discussão de especificidade, porque o Comitê não era uma empresa com uma certa... vamos dizer assim, longevidade, para poder captar e tal, e foi feito uma costura nesse sentido. Mas afinal, esses projetos, ela não conseguiu captar. Teve a aprovação, mas ela não conseguiu captar.

J. F. – É. A Lei Rouanet, eu sou o maior crítico da Lei Rouanet, acho que no território brasileiro e no mundo. Posso ir para o Guinness. A Lei Rouanet é o seguinte. Você pega um dinheiro público que ainda não caiu em caixa mas que seria depositado através da coleta de impostos, é disponibilizado para financiar cultura até um determinado percentual do todo – se não me engano é seis por cento do todo do imposto devido de cada empresa, o Ministério tem toda a sobrecarga de dar sustentação ao processo – primeiro faz a avaliação, se se enquadra na lei, manda para a CNIC, que é a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, elas avaliam, dão um crédito, um certificado de que... e o pessoal vai atrás da empresa. Quem define o que é financiado ou não são os departamentos de marketing na empresa. Os patrocinadores da Olimpíada já estavam começando a fechar as torneiras quando entrou a programação cultural. Entrou tarde, os caras já estavam... e com esse espectro da crise, já estava todo mundo botando bomba na porta do bolso, para não meter a mão. Então, não tiveram condições de captar. Porque toda adaptação possível, dentro da lei, nós fizemos. Fora da lei, não dá para fazer.

V. F. – Essas demandas chegaram até o senhor como ministro? Essas demandas de adaptar, de pensar assim...

J. F. – Não. É...

V. F. – A adaptação da Lei Rouanet?

J. F. – Sim. É. Tem que... Mas o corpo técnico que administrava a Lei Rouanet, o Carlos Paiva era o secretário da Sefic [Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura] e a equipe dele, tinha toda a competência e disposição. E foi uma posição do Ministério, que a gente facilitaria essa captação para esses eventos ligados à olimpíada. E isso foi feito. Eu acho que não... No final, resolvemos, dentro da lei, o que era possível, tudo. Agora na hora de... Quem define, na Lei Rouanet, são as empresas.

J. F. – E havia alguma expectativa, em algum momento, do Comitê Rio 2016 e da Carla Camurati, de que o Ministério financiasse, pagasse essa programação?

J. F. – Se houve, foi uma expectativa vã, porque não dava para o... Estava num momento de corte, de redução, contingenciamento. O Ministério já tem uma sobrecarga entre o desejado e o que de fato é disponibilizado, ele não tinha condições de sustentar a olimpíada. É possível que tenham tido essa ilusão, mas não chegaram a verbalizar para mim.

J. F. – Não chegaram. Já que o senhor mencionou que eu gosto do tema do dinheiro... [risos] então... falar da...

J. F. – [Um ponto a anotar, eu diria.] [risos]

V. F. – Não tem como falar de política pública e... [riso]

J. F. – Claro. Sem dinheiro. É isso. Não existe mágica.

V. F. – Ao longo desse processo, desde que a cultura passa a aparecer nessa agenda dos jogos olímpicos, houve alteração do valor destinado, do orçamento destinado?

J. F. – Houve. A primeira... Eu diria para menos da metade. O que acabou sendo disponibilizado de fato era... Porque, antes de programar, eu disse: “Eu preciso saber, estamos falando de quanto, porque não se faz programação sem saber quanto você tem”. “Ah. Não dá para dizer, porque depende dos patrocinadores; e ainda temos muita coisa para resolver, não sei que, não sei que...” Eu digo: “Mas tem que dar uma estimativa de quanto dá”. Aí veio uma estimativa. Não me lembro de quanto exatamente. Adriano tem condições de fazer. E o que foi disponibilizado no final foi bastante mesmo.

V. F. – Essa definição, a quem cabia essa definição?

J. F. – Depende. Tinha o Comitê Olímpico, tinha Comitê de Patrocinadores, tinha aquela coordenação a que você se referiu, que eu me esqueço o nome...

V. F. – Geo-Olimpíadas.

J. F. – É. Era pulverizada a decisão, dependendo de que recurso estávamos falando.

V. F. – Não vinha da Presidência da República, do Gabinete.

J. F. – Também. Eles participavam de tudo isso.

V. F. – Mas era uma decisão de alguma maneira concentrada na?...

J. F. – A parte deles, devia ser. Eles deviam reunir com a Dilma e certamente... tanto para isso, tanto para isso, tanto para isso. Eu reivindiquei muito, porque é um momento privilegiado, para dar visibilidade à arte e à cultura brasileira e para dar qualidade ao evento em si. As pessoas que estivessem no Brasil... estivessem no Rio de Janeiro, tanto vindo de outros estados quanto de outros países, devia ser a melhor programação possível. E chegamos a um denominador aí... bem menor do que o que foi dito inicialmente. Mas, até eu deixar o Ministério, ainda era razoável. Eu não sei se houve redução na mudança de governo. Aí eu não tenho condições de dizer isso.

V. F. – Pensando nessa redução do orçamento. Quais foram as consequências práticas dessa redução?

J. F. – É. Você tem que encolher a programação. Encolher em termo de território, encolher em termo de modalidades. Eu acho até que essa redução de dois palcos grandes para advém disso aí. Essa parte já do detalhe, como é eu iam sendo feitas as opções, eu não acompanhava esse dia a dia, não.

V. F. – Em janeiro de 2016, cada vez chegando mais perto dos jogos, foi publicada a Medida Provisória 710. Essa medida abriu um crédito extraordinário para o MinC, para promoção da cultura brasileira nos jogos.

J. F. – Quanto?

V. F. – Deixa eu ver. Você pode procurar para mim, enquanto...

J. F. – Algo em torno de oitenta? Será?

V. F. – É. Se eu não me engano, é isso. Tanto que, se eu não estou enganada, esse projeto, também, vem um pouco desse crédito extraordinário.

J. F. – É. É isso. Porque do orçamento do Ministério, não tinha condições.

V. F. – Esse projeto de preservação da memória das Olimpíadas, que a gente está fazendo em parceria com a Casa de Rui.

J. F. – É. Eu me lembro que foi previsto isso. Foi fruto dessa coisa interna. A Casa Rui deve ter proposto, foi aprovado. É.

V. F. – Tanto que o projeto, ele começa em junho, porque tem todos esses procedimentos burocráticos da máquina pública, que não... de janeiro, que não permite começar. Mas...

C. S. – Tem um comentário aqui embaixo. É oitenta e cinco milhões?

V. F. – É. É isso mesmo. Eu botei...

J. F. – É. É isso aí. Eu estava pensando em oitenta e três. Mas, oitenta e cinco.

V. F. – Final de semestre, a gente fica meio... O senhor participou da definição dessa Medida Provisória? Essa Medida Provisória veio a partir de demandas do Ministério?

J. F. – Aí era... Quem representava o Ministério nessa negociação era o secretário executivo, João Brant. Claro que a partir de definições que a gente fazia internamente. Mas a negociação lá, a disputa, era ele que fazia.

V. F. – E o senhor poderia dizer quando foi identificada a necessidade desse crédito extraordinário?

J. F. – Desde o início. Só que eles não sabiam se os patrocinadores iam cobrir, quanto iam cobrir, se o COB ia destinar parte... Todas essas coisas, eles tinham dificuldade de amarrar isso. E, certamente, não era prioridade.

V. F. – O processo de crise política e crise econômica, em que medida ele impactou nessas definições?

J. F. – A crise econômica impactou, que era o momento de arrocho, de redução de compromissos financeiros, de corte e contingenciamento. Eu acho que o grande impacto foi na passagem do governo. O novo governo chegou, eu tenho certeza absoluta que eles ficaram com medo de eventos públicos, concentração de gente, e tinham uma necessidade de mostrar austeridade, então eles deram uma cravada final, eu não de quanto a redução, mas foi grande.

V. F. – Foi uma redução bastante expressiva.

J. F. – Foi.

V. F. – Tanto que boa parte, para não dizer toda, uma parte expressiva da programação que estava pensada para as Olimpíadas e Paraolimpíadas, ela foi enxugada e aconteceu de fato, uma parte, nas Paraolimpíadas. Então... Depois, a gente tem aqui até um detalhamento maior.

J. F. – É. É isso. Mas foi aí que eu acho que foi a grande... O reflexo mais impactante foi nessa passagem.

V. F. – Mas nesse processo de demorar a definir que o senhor estava contando há pouco, ainda no mandato da presidenta Dilma. Na verdade, desde o momento que ela ganha o segundo mandato, as eleições de 2014, já em 2015, o governo já começa com bastante movimentação da oposição, articulando esse processo de crise política.

J. F. – É isso. Apertando. Criando um ambiente de ingovernabilidade.

V. F. – Isso.

J. F. – Colocando a presidenta no canto do ringue. Acusando, que ela era a responsável por tudo de negativo que estava acontecendo, inclusive a crise econômica. Esse ambiente, evidentemente, fez parte também.

V. F. – Ele impactou alguma demora de decisões.

J. F. – Eu acho que sim. O medo de aparentar que estava gastando muito dinheiro. Volta e meia alguém dizia, na mídia, na internet, que devia suspender a... Mas nada grave assim. De qualquer jeito, havia uma construção, de que estava se gastando muito dinheiro. Isso teve. E isso levava a que o governo ficasse mais conservador.

V. F. – Isso aí não fez parte das nossas entrevistas, isso fez parte da nossa pesquisa de campo, de reportagens, também, que a gente conseguiu prospectar e tal. Alguns gestores – aí eu não vou dizer que é uma exclusividade da cultura – gestores, funcionários públicos de modo geral, um pouco receosos, nesse processo de instabilidade, sem saber como ia ser conduzido aquele processo do pedido de impeachment, de se comprometer com determinada orientação ou outra. O senhor percebeu isso em algum momento? Não só do ponto de vista das Olimpíadas, mas do ponto de vista das ações, mesmo, de rotina...

C. S. – De decisões, que teriam entrado num impasse.

J. F. – Não me lembro assim de nenhum impacto nesse sentido, não. Tinha aquela fermentação normal. Mas não me lembro de ter tido grandes defecções ou descompromisso. Todo mundo manteve, fazer tudo, até o último dia. Você viu a foto da minha despedida?

V. F. – Vi.

J. F. – Todo mundo lá. Era um pouco um sentimento de corpo, de... participando no processo. Não me lembro. Pelo contrário. Eu acho que, no fundamental, predominou o compromisso e a identificação com o que o Ministério significava e vinha fazendo. Porque tudo era muito discutido. Não me surpreendeu a reação que a área cultural e os funcionários tiveram na passagem, porque a vantagem de uma gestão participativa e compartilhada é que todo mundo... cada um segura um pouquinho o processo. Então, eu me lembro mais da aderência e do sentimento de pertencimento do que qualquer... Deve ter tido algumas...

V. F. – Nada expressivo.

J. F. – Não. Não, não. Não me lembro.

V. F. – Isso era mais uma curiosidade, para esclarecer, porque na pesquisa de campo, às vezes, aparecem comentários que nem sempre procedem.

J. F. – É. Pelo contrário, eu acho que os... É. É isso. Não me lembro. Se houve, eu estou esquecido ou não percebi.

V. F. – Está ótimo. Carla, talvez seja o momento da gente encerrar, para garantir...

C. S. – Acho melhor a gente encerrar aqui e retomar na próxima. Tem razão.

V. F. – Até para a gente poder ver a questão da passagem. Bom. Eu queria deixar registrado mais uma vez o agradecimento. E a gente marca a segunda. Obrigada.

J. F. – Está certo.

Final do pho 2358 Juca Ferreira\_2016-12-02 [1]